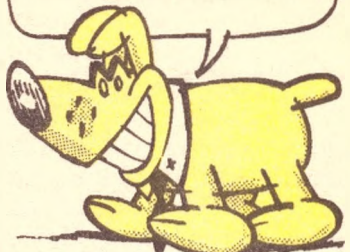


EXTRA, EXTRA: FRAUDADORES DO INSS VÃO PRA CADEIA!



BRASIL AGORA

CADEIA PARA OS CRIMES DO COLLARINHO BRANCO!



ANO I Nº 19 13 A 26 DE JULHO DE 1992 CR\$ 3.600,00

ESPECIAL

AS ADMINISTRAÇÕES PETISTAS DO ABCD

Páginas 7 a 10

LEONARDO BOFF

ROMPENDO COM A BUROCRACIA

Página 16



O ESQUEMA PC/COLLOR

NÃO É NENHUMA BRASTEMP

Mas lava... dólares. E os indícios apontam para o seu envolvimento com o esquema internacional das drogas.

PÁGINAS 4 E 5

DIÁLOGO

ECOS DA ECO

A matéria "Fórum Babel Global", publicada no nº 17 do **Brasil Agora**, ao meu ver deveria ter dirigido as suas críticas às posições do Fábio Feldman. O jornal cometeu um grave erro criticando também o Fórum Global como um todo. Primeiro, porque nem todas as posições do Fábio foram assumidas pelo Fórum. A prova disso foi a ampla participação dos partidos e sindicatos em todo o processo. Segundo, o Fórum não foi montado somente para pressionar as autoridades governamentais na Conferência Oficial. Ele foi criado principalmente para ser um contraponto à Conferência Oficial, pois já se sabia do seu caráter demagógico e falso.

Por esses motivos, se considerou extremamente importante a sociedade civil (que se diz comprometida com a defesa da vida) realizar também a sua conferência e elaborar a sua Agenda 21, com seus próprios tratados. Apesar das contradições, diferenças ideológicas e políticas das entidades e das diversas organizações, foram produzidos mais de 20 tratados com planos de ação definidos e posições políticas bem progressistas em relação a este sistema de desenvolvimento que tem exterminado a vida deste planeta. Por isso aconselho Antônio Carlos Queiroz a se inteirar melhor das riquezas produzidas no Fórum Global.

DANILO LEDRA
Rio do Sul, SC

VENTILADOR

Venho me colocar ao lado dos condutores de São Paulo e do sindicato, tão duramente reprimidos por uma administração dos "trabalhadores". A prefeita Luíza Erundina conseguiu imitar o governo antigo da Polônia, do extinto POUP - Partido Operário Unificado Polonês, quando reprimiu as greves dos operários.

A prefeita esqueceu que foram os próprios trabalhadores - maioria - que a elegeram, e não a burguesia. Com essa atitude não é só o seu nome que está em dúvida, mas também o PT.

Faço também a minha crítica ao deputado José Dirceu. Ao meu ver ele desconhece o significado de democracia dos trabalhadores. Expulsar os que pensam de forma contrária não vai resolver os problemas. Ainda bem que no Brasil não existe Sibéria. Quando se deci-

diu pela expulsão de forma ditatorial, a direção nacional do PT imitou os antigos "processos democráticos" de Moscou, nos anos 30. Deixo o meu apoio incondicional e fraterno aos camaradas da Convergência Socialista.

Parabéns também ao deputado Aloízio Mercadante, os cadáveres da Praça de Pequim adoraram os seus elogios ao modelo chinês. Já vejo no próximo Congresso do PT a proposta para a mudança do nome do partido e da cor da bandeira. Fora Collor Já.

RUI AMARO MARQUES
Arapongas, PR

CORRENTE PAPAL

O mundo livre ocidental e cristão esperou mais de 70 anos para saquear a Ex-URSS, do mesmo modo que fizeram os países ricos com a América Latina. Precisamos formar uma corrente bem forte de oração e rezarmos unidos com o papa para que a ex-URSS volte a ser a potência que fazia frente aos Estados Unidos, sede da democracia do mundo.

Já pensaram na América Latina transformada em várias Cubas, onde a saúde e a educação seriam prioridades? Jejuem para os boicotes continuarem até a submissão total de Fidel Castro. Peço em nome da Perestroika que a cubanização seja evitada, pois os países ricos dependem de nossas riquezas, é um mal necessário.

Rezem de mãos dadas com todos os dissidentes pela democratização de Cuba e que pelo processo de eleições livres e democráticas seja eleita uma Violeta Chamorro e Cuba se transforme em uma ilha de violetas. E volte ao que há de mais podre, como na era de Fulgêncio Batista, aliado dos Estados Unidos.

Para finalizar, façam uma ladainha pedindo aos dissidentes que decretem a pena de morte ao povo cubano, entrando com toneladas de explosivos na ilha, que atinjam os seus objetivos e não recaia sobre eles a pena de morte, "inexistente" nos Estados Unidos.

MAH LULY
São Paulo, SP

SEM BANDEIRAS

Pego carona na carta do leitor Edson Robson Santos, que teve evidente intuito de abrir polêmica com o jornalista Mouzar Benedito, aproveitando a temática da discriminação racial. Este é o exemplo mais notório de como esse assunto é tratado pelos próprios ativistas negros: dando ênfase a coisas menores, já que motivos importantes são escassos...

E por quê? Nunca, como brasileiro, consegui entender a ótica pela qual os negros e seus movimentos reivindicatórios encaminham essa questão no Brasil. Em outros locais a temática é tratada de modo particular. Por exemplo: nos EUA é um ponto, na África do Sul é outro. E iremos verificar que em

outras parte do mundo a mesma questão tem outra ótica.

O líder do movimento negro aqui no Rio, em conversa com o prefeito Marcello Alencar, exigiu que não fosse usada a expressão vala negra para descrever as valas negras existentes nas praias onde as águas poluídas dos esgotos deságuam.

Sem comentários... Aliás, apenas um: os movimentos negros não têm coisa mais importante para tratar? Se não têm, procurem, encontrem uma bandeira. Simplesmente os negros não têm um motivo importante para lutar aqui no Brasil.

O resto é polêmica vazia que o Mouzar, com o talento de sempre, soube evitar.

Parabéns ao **Brasil Agora**, o jornal veio enriquecer a literatura de resistência no Brasil.

SALOMÃO ROVEDO
Rio de Janeiro, RJ

POR QUE PT?

Por que votar em favor de Eduardo Matarazzo Suplicy para prefeito e em seu vice, Gumercindo Milhomem, do Partido dos Trabalhadores, bem como em seus candidatos a vereador do município de São Paulo?

Porque, restringindo seu comprometimento político ao amplo universo das forças economicamente inferiores e minoritárias, porém numericamente superiores e majoritárias, sua vitória eleitoral assegurará o incessante e integral privilégio da vontade política da maioria submetida à dominação sócio-econômico-político-cultural, historicamente confinada à periferia do poder, imprescindível ao reconhecimento e ao aproveitamento de suas múltiplas, legítimas e justas reivindicações.

Porque, abstando-se do exercício de qualquer negociação com as poderosas forças econômicas, diferentemente de outros candidatos, sua vitória eleitoral previnirá contra a obrigação de quaisquer pressões e cobranças destinadas à amortização dos investimentos de autoria de agentes mantenedores do modo de produção em vigor, imprescindível à sua reprodução espaço-temporal, cuja força de trabalho, compulsoriamente alienada, é determinante do surgimento e da acumulação do capital.

Finalmente, porque a vi-

tória eleitoral dos candidatos do PT assegurará a manutenção da pureza da relação de mandato político, submetendo-se os mandatários-eleitos-representantes exclusiva e integralmente à vontade de autoria do conjunto dos mandantes-eleitos-representados, naturais, únicos e soberanos titulares do poder político, temporariamente cedido àqueles, enquanto fiéis cessionários de seu conteúdo.

CARLOS EDUARDO DI PIETRO
São Paulo, SP

LEI ESSENCIAL

O projeto de lei da informação democrática da FENAJ é essencial para a transformação do país, CUT, PT e do povo. No entanto, ele não terá a menor chance de ser aprovado se não houver uma grande mobilização popular.

Sugiro que o PT, junto com outros órgãos da sociedade civil, partidos e a CUT façam uma campanha de coleta de assinaturas, panfletagem, comícios, acampamentos junto aos órgãos de comunicação, usem a televisão no horário gratuito para obter uma grande mobilização da população, do tipo das Diretas Já. Sem violência, um protesto pacífico.

Essa manifestação do discurso, em torno da manipulação da informação, pode aumentar a chance da vitória de uma lei neste sentido. Ou pelo menos contribuir para uma maior conscientização da população sobre o assunto.

Como lema para campanha, sugiro:

"Não se arrisque a eleger Collor de novo. Contra a manipulação da Globo, uma lei para proteger o direito de informação do povo".

A linha mestra da campanha: ensinar o povo a entender como a sociedade funciona. A cada fato negativo analisar como agem com cumplicidade os grandes empresários, a "imprensa do capitalismo selvagem", o Judiciário, o Legislativo e o governo.

E quem pensa que o povo está vacinado contra a Globo se engana. Uma pesquisa publicada recentemente demonstrou: só 36% das pessoas entrevistadas achavam o *Jornal Nacional* tendencioso e muitos consideravam a televisão um veículo de maior credibilidade do que os jornais.

O mesmo processo de mas-

sificação da discussão deveria ser adotado, para mudar a legislação trabalhista, tornando-a mais simples e menos desfavorável ao trabalhador. Processos de mais de vinte anos seriam um cabo eleitoral poderoso. O salário-mínimo também poderia entrar nesta campanha.

MÁRCIO ZEQUI DE OLIVEIRA
Avaré, SP

FUZILAMENTO

Em primeiro lugar, quero cumprimentá-los pela magnífica publicação. Procuro sempre divulgá-la entre os meus amigos.

Outro dia fiquei imaginando que a única saída para o nosso país se livrar desses sucessivos descabros seria fuzilar uma meia dúzia de corruptos. Enfim, apenas uma medida radical para dar um fim ao caos que nos cerca

ANTÔNIO CARLOS FONSECA
São Paulo, SP

REGISTRO

Recebemos o *Informativo de Direitos Humanos Passo Fundo*, o jornal do deputado estadual Antenor Chiarino (SP). Recebemos também do Quito, Equador, o *Boletim Socialista Latino Americano* e o *Alai, Servicio Informativo da Agencia Latino-Americana de Información*.

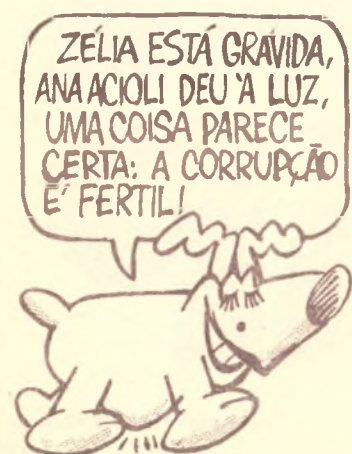
BRASIL AGORA

DIRETOR: JOÃO MACHADO. **EDITOR:** RUI FALCÃO. **DIAGRAMAÇÃO:** CEISO MADEIRA. **REDAÇÃO:** FLÁVIO AGUIAR, JUAREZ GUIMARÃES, MOUZAR BENEDITO, VALTER POMAR. **SECRETÁRIA:** ADÉLIA CHAGAS. **SUCURSAL RIO GRANDE DO SUL:** LUCIANE FAGUNDES, JOSÉ LUIZ LIMA E MARCO ANTÔNIO SCHUSTER. **COPIDESQUE E REVISÃO:** CELSO CRUZ. **DIGITAÇÃO:** ELIZABETE D. DA SILVA. **EDITORAÇÃO ELETRÔNICA:** CACO BISOLE SILVANA PANZOLDO. **COLABORADORES:** ALAN RODRIGUES, ALÍPIO FREIRE, ALOÍSIO MORAIS, ANDRÉ SINGER, ANTONIO CARLOS FON, ANTONIO CARLOS DE QUEIROZ, ANTONIO MARTINS, BERNARDO KUCINSKI, BRENO ALTMAN, CARLOS E. CARVALHO, CELSO HORTA, CÉLIS, CINTIA CAMPOS, CLAUDIO SCHUSTER, DENISE NEUMANN, EMIR SADER, EUGÊNIO BUCCI, FERNANDA ESTIMA, FERNANDO PAIVA, FLAMARION MAUES, FLÁVIA DE SAMPAIO LEITE, FLÁVIO LOUREIRO, DA COSTA, GENARO URSO, IVAN SEIKAS, ISAAC AKCELRUD, JOÃO AMADO, JOÃO ANTONIO, JOSÉ AMÉRICO DIAS, JOSÉ ROCHA, JUSTINO PEREIRA, KIPPER, LINETE MARTINS, MANOEL ALVAREZ, MÁRCIA BRAGA, MÁRCIA MOREIRA, MÁRCIO BUENO, MÁRCIO VENCIGUERRA, MARCO AURELIO GARCIA, MARCOS SOARES, MARIA LUCIA BRANDÃO, MARIO AUGUSTO JAKOBSKIND, MARINGONI, MARISA MEJANI, MARIZA DIAS COSTA, MIADAIRA, NELSON RIOS, NILMÁRIO MIRANDA, OHI, PATO, PATRICIA CORNILS, PAULO BARBOSA, PAULO ROBERTO FERREIRA, PAULO ZIEBERMANN, PEDRO ORTIZ, PERSEU ABRAMO, RAIMUNDO PEREIRA, ROGÉRIO SOTTILI, SÉRGIO CANOVA, SÉRGIO SISTER, WALTER ONO, WLUADIMIR POMAR. **A OPINIÃO DOS ARTICULISTAS NÃO REFLETE NECESSARIAMENTE A LINHA EDITORIAL DO JORNAL.**

BRASIL AGORA É UMA PUBLICAÇÃO QUINZENAL DA EDITORA BRASIL AGORA LTDA. - ALAMEDA GLETE, 1049 - CEP 01215 - SÃO PAULO (SP). FONES: 220-7198/222-6318. FAX: (011) 222-2865. **GERENTE GERAL:** HUGO SCOTTE. **ADMINISTRAÇÃO:** M^º ALICE DE P. SANTOS. **ASSISTENTE:** IVANILDA ALVES. **CIRCULAÇÃO:** JOSÉ LUIS NADAI, MARIA ODETE G. DE CARVALHO. **ASSINATURAS:** ANA MARIA ALVES, PAULO M. SOLDANO, GUIBA GENESTRA (DIGITAÇÃO) - FONES: 223.2974 e 220.7718. **EXPEDIÇÃO:** PAULO E. SOLDANO. **SERVÍCIOS GERAIS:** JOÃO A. GUEVARA, ELISLANDIA M. FERREIRA, FERNANDO S. SIQUEIRA, LUCILENE B. SILVA. **IMPRESSÃO:** DIÁRIO DE MOGI. **DISTRIBUIÇÃO:** DINAR S/A.

TIRAGEM DESTA EDIÇÃO: 35.000 EXEMPLARES FORAM IMPRESSOS NO DIA 10 DE JULHO DE 1992.

JORNALISTA RESPONSÁVEL: RUI FALCÃO



BROCHES E ETIQUETAS

- **BROCHES BASE METALICA TAM. 24x36 mm**

3 CORES À PARTIR DE Cr\$ 293,00

- **BROCHES REDONDO BASE METALICA TAM. 35 mm**

3 CORES À PARTIR DE Cr\$ 360,00

- **ETIQUETA AUTO-ADESIVA EM PAPEL TAM. 5x7,5 mm**

3 CORES A PARTIR DE Cr\$ 80,00

TROPICAL BRINDES - (011) 294-7448 - S. PAULO

4 ANOS

"A NOSSA QUALIDADE FAZ A DIFERENÇA"

RUA BIGUAÇU, 165

Quem tem medo do povo brasileiro?

Antônio Ermírio de Moraes, Roberto Marinho, C. R. Almeida, Sebastião Camargo Correia e os proprietários da Construtora Andrade Gutierrez são, segundo a revista *Forbes*, os brasileiros da lista que reúne os 291 bilionários mais ricos do mundo. Deles, pelo menos três possuem empresas que receberam notas "frias" de uma das empresas de PC Farias, para justificar contribuições à "caixinha" de Collor.

É compreensível, portanto, o nervosismo das elites. Afinal, o desabafo de Mário Amato - "somos todos corruptos" - pode ser entendido também como: "ainda vai sobrar para nós". Também, quem mandou apoiar a gangue do Morcego Negro? Ladrões de galinha à luz dos padrões internacionais, seu amorismo deixou pistas, sua afoiteza jogou luz sobre o rendoso negócio do tráfico de influências e seus exageros preocupam (veja tudo sobre os indícios que vinculam o esquema PC/Collor com o narcotráfico internacional nas páginas 4 e 5). Como o *Vampiro* de Fritz Lang, a turma do Morcego prejudicou os negócios do sindicato de ladrões.

Nervosos com a situação, interessados na continuidade da política

econômica - que lhes garante preços livres, salários arrojados e a continuidade da ciranda financeira -, os ricos promoveram no último dia 8 um jantar de mil talheres em solidariedade ao ministro da Economia. Mas ficam inquietos com a possibilidade da crise transbordar, da imprensa e do Congresso, para as ruas (veja mais sobre a crise política na página 6).

Assim se resume o caso: eles têm mais medo do povo do que da quadrilha collorizada. Pois bem, medo neles!

Ainda nesta edição, a segunda parte do especial sobre as administrações municipais petistas (páginas centrais); a análise do ajuste fiscal proposto pelo governo (página 11) e do relatório do Tribunal de Contas da União (página 13); a cobertura do indecoroso julgamento em que foram condenados 6 militantes do Movimento Sem Terra (página 12); e trechos da entrevista coletiva concedida por Leonardo Boff, cujas críticas à hierarquia católica este jornal apóia e compartilha.

O EDITOR

A ILUSTRAÇÃO DA CAPA É DE MARINGONI

OPINIÃO

O caso Baneser

De 1973, quando foi criada, até 1987, a Baneser (Banespa S.A. Serviços Técnicos e Administrativos) fornecia mão-de-obra exclusivamente ao Banespa nas áreas não bancárias e não contempladas no quadro de Planos de Carreiras, envolvendo as mais diversas funções, como as de digitadores, telefonistas, ascensoristas, recepcionistas e artífices.

Durante esse período, embora a grande maioria de seus funcionários efetivamente prestasse serviços ao conglomerado Banespa, os diversos governos estaduais que se sucederam (Natel, Paulo Egídio, Maluf e Montoro) utilizaram-se da Baneser para "empregar" seus "aspones" (assessores de coisa nenhuma).

Em outubro de 1987, o governo Quéricia, já com vistas ao uso eleitoral da máquina administrativa, promoveu a modificação do estatuto social da Baneser, permitindo quase tudo a essa empresa, inclusive que se transformasse em locadora de mão-de-obra e em empresa de trabalho temporário para as secretarias de Estado e estatais paulistas, contrariando e infringindo a legislação trabalhista em vigor. A contratação desenfreada pela Baneser foi a maneira encontrada pelo governo Fleury para burlar a realização do concurso e favorecer seus protegidos políticos.

No final do governo Montoro, a Baneser contava com 3.600 funcionários, incluindo aí alguns "aspones" como Márcio Emmanuel Moreira Alves, ex-deputado cassado e que até o dia 1º deste mês continuava na empresa, e Alda Marcoantônio, atual secretária do Menor. Fleury herdou de Quéricia 5.884 funcionários e em um ano e três meses de governo empregou outros 8.567. Assim, enquanto que de 31.12.90 a 31.12.91 o funcionalismo público cresceu 3%, de 498.827 para 514.049, o número de funcionários da Baneser passou - do governo Quéricia ao de Fleury - de 5.884 para 14.451, um crescimento de 145%.

Há mais de um ano que iniciamos, na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, um trabalho investigativo sobre a Baneser, diante dos fortes indícios de irregularidades praticadas nessa estatal. E, no início de junho, a bancada de deputados estaduais do PT-SP denunciou a utilização eleitoral da Baneser pelo governo Fleury.

Cabe ressaltar que a bancada do PT defendeu a volta da Baneser às suas origens, ou seja, que fosse locadora de mão-de-obra exclusivamente para o conglomerado Banespa, excluindo-se os "aspones" porventura existentes.

Em 1991, a receita da Baneser foi de 150 milhões de dólares, com a contratação de serviços devida sobretudo ao estado, correspondendo a 1,2% do orçamento estadual e superior ao de algumas secretarias, como a da Justiça e a da Agricultura.

Os diversos contratos com os órgãos públicos mostraram os artifícios usados para a transferência substancial de parcela dos orçamentos da administração direta e indireta para a Baneser, envolvendo muitas vezes a contratação fantasma de serviços, onde os objetivos, se não são especificados, são definidos genericamente sob a forma de "prestação de serviços técnicos".

Além disso, as taxas de administração variavam de 25% a 115% (chegou a ser de 190% com a CESP) sobre o valor dos contratos, incidindo sobre a remuneração de cada funcionário, incluindo aviso prévio, horas extras e demais vantagens trabalhistas.

ARAPONGAS. Promovendo o uso eleitoral da Baneser, o governo Fleury, além de autorizar a contratação de muitos funcionários fantasmas com altos salários, entre os quais ex-políticos, candidatos a prefeito e a vereadores, cabos eleitorais, parentes e amigos, contratou muitos funcionários, lotados nos escritórios regionais do interior (Eris) para fazer espionagem política. Montou um verdadeiro SNI, que chegava a entrar na privacidade dos espionados. Tudo isso, é claro, patrocinado pelo dinheiro do contribuinte.

Há mais de um mês, tivemos acesso a 12 fitas de áudio, com um total de 18 horas de duração, envolvendo reuniões do governador Fleury com os diretórios municipais do PMDB, no Palácio dos Bandeirantes, nos meses de agosto e setembro do ano passado. Nessas fitas, que enviamos à bancada do PT, o governador, de viva voz, confirma o uso da máquina do governo a serviço dos candidatos do PMDB nas eleições deste ano, além de afirmar: "Jornais que fazem oposição e que recebem dinheiro (do governo), quero a lista para cortar a publicidade deles".

"Para não entregar o ouro aos bandidos", Fleury pedia para que suas palavras não fossem gravadas. "É que aqui vamos falar claro e aberto", explicava.

Diante da constatação desse crime eleitoral, o PT entrou com pedido da instalação de uma CPI na Assembléia, além de recorrer junto à Justiça Eleitoral, que mandou arquivar a primeira representação feita.

LUCAS BUZATO

Deputado estadual licenciado, secretário do Abastecimento do município de São Paulo

OPINIÃO

Sem desculpas

O problema da reforma agrária está há bastante tempo longe dos jornais, dos noticiários de televisão. Parece que a sociedade brasileira "foi anestesiada" pela grande imprensa, evitando noticiar os graves problemas que persistem no meio rural. Apesar disso, nas últimas semanas aconteceram diversos fatos importantes em relação à reforma agrária.

No campo legislativo, tivemos a aprovação de três leis de importante significado. A Câmara dos Deputados aprovou no dia 26 de junho, por voto de liderança dos partidos, a lei complementar de reforma agrária (PL 11/90). A lei aprovada não representa a proposta que as organizações de trabalhadores rurais haviam apresentado, mas, pela correlação de forças no Congresso, representou o máximo possível, destacando-se aqui a habilidade dos líderes oposicionistas em conseguir incluir as propostas populares. Dessa forma, chegou-se a uma lei razoável, que definiu o que é pequena propriedade (até 4 módulos fiscais regionais), média propriedade (de 4 a 15 módulos), e proibiu sua desapropriação. Recolocou como condição fundamental que qualquer grande propriedade pode ser desapropriada, se não cumprir a função social. É a função social foi caracterizada por parâmetros sociais e econômicos. Caiu a menção genérica de que qualquer propriedade produtiva não poderia ser desapropriada. Houve avanço, ao determinar que sejam expropriadas, portanto desapropriadas sem nenhum pagamento, todas as fazendas onde existe trabalho escravo. E conseguiu-se derrubar vários artigos propostos pela direita, que inviabilizavam a reforma agrária.

LUTA E LEI. Em 3 de julho, foi aprovada, por votação de líderes, a lei do rito sumário nas desapropriações de terra, e fixou, *grosso modo*, 180 dias como prazo máximo para se resolverem todas as pendências judiciais. Nesse prazo, ou a desapropriação é anulada, por não obedecer aos critérios legais, ou a fazenda é assumida pelo INCRA para assentamento. Finalmente, o presidente sancionou a lei que estabeleça a expropriação das fazendas que cultivam maconha e outros psicotrópicos.

Após passar pelo Senado Federal e pela sanção da Presidência da República, teremos leis complementares suficientes e o governo não terá mais desculpas para não fazer a reforma agrária. No entanto, os movimentos e organizações populares, não devemos ter ilusões. A lei está apenas no papel. Nada neste país irá para a prática sem a organização da classe trabalhadora e sem a pressão popular. Sem pressão, certamente o ministro da Agricultura não irá confiscar a propriedade de 5 mil hectares do ex-governador de São Paulo, Paulo Egídio, no Mato Grosso do Sul, onde foi encontrado cultivo de maconha.

Agora, o governo não poderá dar mais desculpas de que não existe lei. Em dois anos e meio do governo Collor, nenhuma fazenda foi desapropriada. As conquistas obtidas pelo Movimento Sem Terra foram todas junto aos governos estaduais.

Dois outros fatos importantes aconteceram na conjuntura da reforma agrária. Um positivo: a Assembléia Legislativa do Pará cassou o mandato do deputado

estadual do PDS, Vavá Mutram, conhecido grileiro, líder da UDR na região do sul do Pará, mandante de diversos assassinatos e assassino de um fiscal da Fazenda (razão da cassação). Esse senhor foi o responsável, no ano passado, pela perseguição e prisão ilegal de diversas lideranças dos sem-terra. Um negativo: a condenação política dos sem-terra gaúchos (ver matéria na página 13).

LUTA URBANA. Mas a luta pela reforma agrária somente avançará se conseguirmos melhorar nossa organização e tivermos capacidade para fazer gigantescas mobilizações de massa, no campo e na cidade, que consigam sensibilizar a sociedade e pressionar o governo para que tome as medidas necessárias. Nessa perspectiva é que adquirem enorme importância a realização da próxima jornada nacional de luta dos rurais, coincidindo com o dia do trabalhador rural, 25 de julho, e diversas iniciativas em conjunto com trabalhadores urbanos. Atividades como a vigília pela reforma agrária, programada pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, trazem para a reflexão dos trabalhadores urbanos que a reforma agrária não é uma questão apenas dos sem-terra, mas que interessa a toda a classe trabalhadora, e em particular aos assalariados das cidades. Pois os baixos salários, o desemprego, o êxodo rural, a marginalidade nas cidades estão diretamente relacionados com a reforma agrária.

JOÃO PEDRO STÉDILE

13/07 a 26/07 de 1992

BRASIL AGORA 3



- Companheiros: comprovando a coerência de nossos princípios, vamos ter que adiar a escolha do presidente de nossa entidade, pois algum canalha em nosso meio manobrou a votação...

A MÁQUINA DE LAVAR...

Os fatos mais explosivos ainda não foram investigados pela CPI. Eles ligam a corrupção ao tráfico de drogas e têm apuração lenta e sigilosa pela Polícia Federal.

Ao movimentar uma gigantesca massa de recursos ilegais, o esquema Collor/PC Farias viu-se diante de um desafio semelhante ao enfrentado pela máquina internacional do narcotráfico: como lavar este dinheiro, conduzi-lo a um lugar seguro, sem deixar pistas? Há hoje indícios fortes, consistentes e em grande número que demonstram que a resolução deste desafio ocorreu através da associação em duplo sentido do esquema Collor/PC Farias com o narcotráfico internacional. De um lado, este último oferecia ao esquema Collor/PC Farias contatos, redes e pontos internacionais de lavagem; de outro, receberia cobertura institucional, áreas de escoamento e mercado para a droga e novas vias de passagens para a lavagem dos dólares nos EUA e na Europa.

Essa associação é, sem dúvida, a zona mais explosiva do escândalo Collor/PC Farias. Mas ainda não foi investigada pela CPI e tem recebido da Polícia Federal uma apuração lenta e ineficaz.

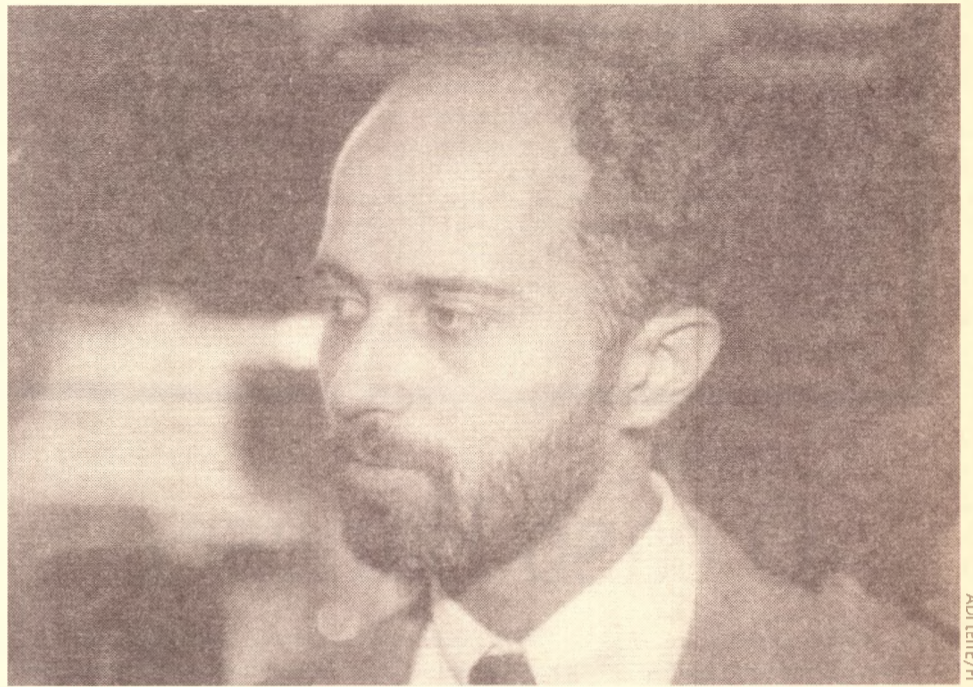
HABITAT FAVORÁVEL. Um relatório recente do Tesouro dos Estados Unidos indica o Brasil como a via de lavagem de 17% dos 120 bilhões de dólares que o narcotráfico injeta anualmente no mercado internacional. Isto é, mais de 20 bilhões de dólares - equivalente a vinte vezes o lucro anual da Votorantin, maior grupo privado nacional - seriam lavados aqui ou passariam por aqui.

O Tesouro americano indica as razões pelas quais a despesa para a lavagem de dólares no Brasil seria menor do que nos países do Primeiro Mundo. Os baixos salários pagos no Brasil facilitariam a corrupção, e o baixo nível educacional favoreceria a influência do poder econômico nas eleições, dando margem à injeção do dinheiro do narcotráfico em campanhas políticas para a obtenção de compromissos.

Mas há outros fatores que transformaram o Brasil num "habitat favorável à lavagem do dinheiro". Até alguns anos atrás, as receitas do narcotráfico podiam ser lavadas no próprio mercado financeiro dos EUA. Foi aí, no entanto, que o governo americano mais investiu: a legislação passou a obrigar as instituições financeiras a fornecer relatórios ao governo com informações sobre todas as transações monetárias superiores a 10 mil dólares ao dia. A lei do sigilo bancário pode ser quebrada através de mandado judicial. Quando há suspeita, o Poder Judiciário tem condições de determinar o confisco de bens e propriedades. O ônus da prova é do suspeito, que tem de provar a fonte de seu dinheiro.

A tramitação financeira passou a ser o elo mais fraco do sistema do narcotráfico. Este passou, então, a transferir seus lucros para outros países. O dinheiro vivo em dólares não deixa rastros e é o veículo escolhido.

AVIÕES DE CARREIRA. Segundo todos os



Morbach: 4,5 milhões de dólares apreendidos...

indícios, além da Brasil Jet (de PC e de Jorge Bandeira, o piloto de Collor na campanha eleitoral), o esquema para a lavagem de dólares deve envolver a Miami Leasing e a Parts Express (empresas de vendas de avião e de peças sediadas na Flórida), além das empresas alagoanas de aviação KMW, Omega e Al Taxi Aéreo (cujos telefones em Brasília estão registrados em nome da EPC, empresa controladora das atividades de PC).

"Dá a impressão de que para fazer política em Alagoas é preciso ter avião", ironizou o senador Bisol (PSB-RS). Hábitos de "novos ricos", observou o conservador O Estado de S. Paulo em editorial sobre a avidez da oligarquia alagoana. Tal concentração de investimentos em companhias de aviação - aliás, um ramo particularmente afetado pela recessão e deficitário - explica-se, no entanto, por razões funcionais. Elas seriam elos necessários para a lavagem de dólares.

É aqui que começam a ficar mais fortes as evidências da associação entre o esquema Collor/PC e o narcotráfico.

A primeira: o avião HS 125-800 A, da Brasil Jet, tem um certificado de exportação falso. Foi elaborado com uma das 25 guias roubadas em 1991 da FAA (Federal Aviation Administration). Quem assina a guia é Richard D. Hansen, ex-funcionário da FAA, procurado pelo FBI por suas ligações com os traficantes colombianos.

A segunda: de acordo com um relatório da Drug Enforcement Agency (DEA), órgão americano de combate ao tráfico de drogas, pelo menos três aviões da empresa Miami Leasing teriam um fundo falso, supostamente para tráfico de cocaína. Um deles seria o avião de



As ligações perigosas

Convidado especial à posse de Collor, "assistente" de PC, o francês Guy des Longchamps seria o elo para a lavagem de dólares.

A peça chave de ligação entre o esquema Collor/PC Farias e o sistema financeiro internacional é, ao que tudo indica, Guy des Longchamps. Ele é apontado pela Drug Enforcement Agency como um megalavador de dólares, com trânsito entre o narcotráfico e os agentes financeiros internacionais. Sua primeira ligação com o esquema Collor/PC surgiu com a indicação de que ele dividiria com Ironildes Teixeira (sócio da Miami Leasing) a propriedade da S.C.I. Financière Albert Premier, uma firma fantasma sediada em Paris. Nela, Guy seria um sócio menor: teria 1% das ações e, posteriormente, assinaria uma procuração transferindo para Ironildes o controle absoluto sobre a S.C.I. PC estava em Paris no dia 18 de janeiro de 1991, quando a empresa foi fundada. No mesmo dia, foi comprado em

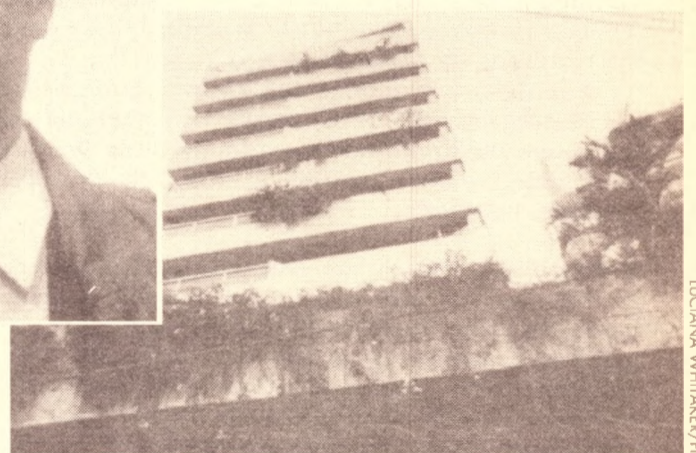
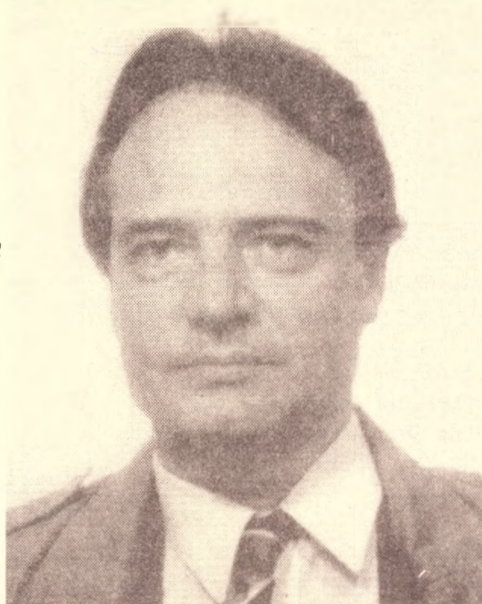
nome da empresa um apartamento na avenida Albert Premier nº 14, por 2,7 milhões de dólares. Em sua entrevista a Veja, Pedro Collor disse que este apartamento, na verdade, é do presidente Collor. Detalhe importante: a embaixada do Brasil na França fica na mesma avenida, nº 34, a cem metros do apartamento.

A segunda ligação de Guy des Longchamps com o esquema aparece em seu pedido de permanência no Brasil. Lá ele figura como contratado pela EPC em 25 de julho de 1990, para prestar "assistência financeira por tempo indeterminado". A informação de que Guy era "funcionário" de PC foi confirmada por seus pais em Paris. Para servir a PC, Guy teria deixado seu cargo no Banque Nationale de Paris e fixado residência no Rio de Janeiro.

PC disse na CPI que mal conhecia Guy des Longchamps.

O rastreamento dos telefonemas dados do seu escritório em São Paulo demonstram o contrário: PC ligou para os pais de Guy, para um seu irmão e para sua irmã. Ligou também para o Banque Nationale de Paris onde Guy trabalhava e onde PC admitiu ter conta corrente apenas para gastos em viagens. No dossiê que Pedro Collor entregou à CPI entretanto, há um cheque de Guy des Longchamps, transferindo dinheiro do Banque Nationale de Paris para o ANZ Grindlays Bank PLC em Nova York e, em seguida, para a agência londrina da mesma instituição.

COLARINHO BRANCO. Sócio minoritário de uma empresa fantasma, mero assessor? Guy tem um "currículo" que não autorizaria esse papel menor. Originário de uma família rica, de acordo com Reali Júnior, correspondente de O Estado de S. Paulo em Paris, Guy foi um



Des Longchamps e o prédio onde mora

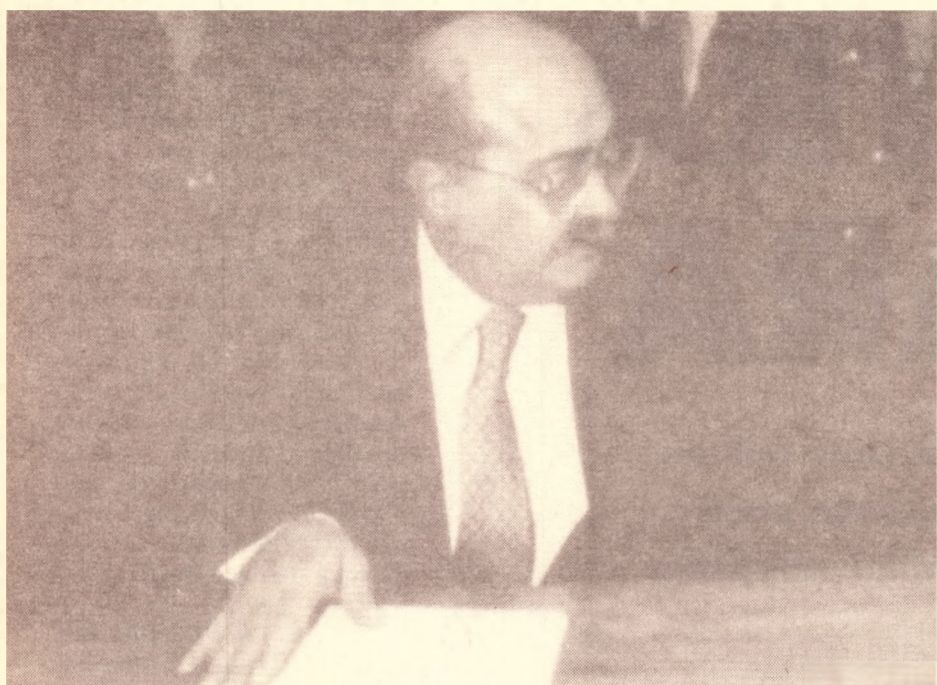
convidado especial à cerimônia de posse de Collor no Palácio do Planalto. Foi apresentado pessoalmente por Collor a vários representantes oficiais franceses presentes, inclusive ao próprio embaixador. As relações sociais entre Guy e Collor vêm de antes de 1989, pelo fato de Guy ser casado com uma alagoana, Tânia Amorim des Longchamps.

Guy é citado várias vezes no livro *Império Subterrâneo - onde o crime e os governos se encontram* (Ed. Best Seller). Tendo sido gerente do Banque Nationale de Paris, na cidade do Panamá, foi parceiro e amigo de confiança de Alfonso Rivera, "Mr. Big", chefe do tráfico no Peru, supostamente desaparecido em fins dos anos oitenta.

O livro foi escrito por James Mill, jornalista da United Press International, com o apoio direto de documentos, fontes e revelações da Centac, uma unidade especial da Drug Enforcement Agency. Quando o livro saiu na França, o editor e o autor foram processados pela família de Guy. A seguir, citamos os trechos da edição brasileira de 750 páginas que se referem a Guy des Longchamps, e que foram suprimidos na edição francesa.

* "Como qualquer outra corporação multinacional, a Organização Internacional de Narcóticos não conseguiria prosperar sem suporte financeiro internacional maciço e fortes laços sociais e diplomáticos. Rivera tivera a boa

DÓLARES



OSÉ PAULO LACERDA/AE

...parte era do esquema PC Farias

prefixo PT-OMC, da Brasil Jet.

A terceira: Jorge Bandeira mentiu na CPI ao afirmar que os aviões da Brasil Jet não voaram para a Bolívia. O Departamento de Aviação Civil (DAC) registrou um voo do HS 125-800 A da Brasil Jet para a Bolívia, no dia 1º de fevereiro deste ano. Uma viagem rápida de um dia. As 21 viagens internacionais feitas pelos dois aviões da Brasil Jet coincidem com o roteiro do narcotráfico, passando pelo Caribe e Miami, percorrendo paraísos fiscais.

DÓLARES EM CAIXINHAS. A maior apreensão de dólares na história do país ocorreu na noite do dia 21 de novembro de 1991: duzentos quilos de notas miúdas de dólar, em treze caixinhas de papelão, num total de 4,5 milhões de dólares. As notas miúdas, de 10 e 20 dólares, dificultam a identificação e são usadas rotineiramente pelos cartéis da droga, em lavagens de dinheiro de um país para outro.

A Polícia Federal chegou a elas através da prisão de Augusto Morbach, momentos antes dele embarcar em seu Learjet, em São Paulo. Morbach, ex-garimpeiro da Serra Pelada e hoje um rico empresário, é apontado pelo DEA como um dos homens que traficam a cocaína entre a América do Sul e os EUA. Seu irmão, Átila Morbach, foi recentemente detido em Nova York com 500 mil dólares, numa operação para apreender uma partida de cocaína.

Em seu depoimento, gravado na Polícia Federal, Morbach afirmou que parte dos dólares apreendidos seria de PC Farias, representado no negócio por seu "testa de ferro" Fábio Monteiro, secretário da Assessoria da Presidência da República. No mesmo depoimento, Morbach afirma que o "Morcego Negro" de PC

Farias fazia viagens frequentes com carregamentos de dólares na rota São Paulo-Nova York-São Paulo-Espanha.

CONEXÃO NO HOTEL. No dia 2 de junho, PC Farias remeteu à Folha de S. Paulo um desmentido nervoso: "As sórdidas insinuações de Augusto Morbach Neto, contrabandista confesso, preso em flagrante, conforme noticiou este jornal, quer pela procedência, quer pela inconsistência, estão apenas a merecer o meu desprezo e minha repugnância".

Palavra de PC contra a de Morbach. Mas novas e irrefutáveis evidências surgiram.

Em agosto do ano passado, Morbach hospedou-se no hotel Maksoud Plaza, em São Paulo, no mesmo período em que lá estavam membros do Cartel de Cali. Entre eles, o colombiano Diego Palacios Gutierrez, sócio de José Antonio Palou.

Palou, procurado pela polícia colombiana, fretou da Transamérica um Learjet 35, que caiu no México em abril deste ano com uma tonelada de cocaína, causando a morte dos dois pilotos brasileiros. Pois bem: do apartamento de Diego Palacios Gutierrez partiram telefonemas para a residência de Fábio Monteiro em Brasília.

E mais: uma nota fiscal evidencia que nos dias 30 de setembro e 1º de outubro de 1991, Fábio Monteiro e o empresário Paulo Torres estiveram hospedados no Maksoud Plaza, tendo as suas contas pagas por Morbach. Este fretou também um avião da Transamérica para trazer Monteiro de Brasília para São Paulo.

Um hóspede de honra, sem dúvida. Fábio Monteiro trabalhava até abril deste ano na Secretaria de Assessoria da Presidência da República, dirigida por Cláudio Vieira. Um homem de confiança de Collor: chegou mesmo a receber, em 1988 e 1989, verbas secretas do então governador de Alagoas.

ÉTER, ACETONA E COCAÍNA. Outro indício contundente das relações do esquema Collor/PC Farias com o tráfico vem do empresário Edvaldo Diamantes, dono da Danival Transportadora. Ele conta que foi pressionado por pessoas ligadas a PC Farias, para transportar seis tambores de éter e acetona do Rio de Janeiro para a ponte Rio Lacerda, no Mato Grosso, fronteira com a Bolívia. O éter e a acetona são substâncias-chave usadas no refino da cocaína.

O deputado Moroni Torgan (PSDB-CE), ex-delegado da Polícia Federal e membro da CPI, visitou a Secretaria de Vigilância Sanitária para apurar as guias de distribuição de éter e acetona, cujo controle é obrigatório. Não havia controle algum: "Nem sabia que tínhamos esta tarefa", asseverou o secretário de Vigilância Sanitária, João Batista Grisi.

Para lembrar: o Ministério da Saúde estava sob controle de Luiz Romero Farias, irmão do todo poderoso PC.

JUAREZ GUIMARÃES

sorte de localizar tudo isso em um único indivíduo. Por intermédio de Cornejo ou de outros, estabeleceu uma estreita associação e também amizade com um jovem francês cosmopolita, de berço imaculado e altamente bem relacionado, Guy des Longchamps.

O pai de Des Longchamps, Louis Albert, agraciado com a Legião de Honra francesa, tivera uma carreira impecável. Nascido em Buenos Aires, filho de um diplomata francês e de uma latina socialmente proeminente, estudou direito e ciências políticas em escolas parisienses de renome, ingressou no serviço diplomático e passou os trinta anos seguintes servindo pelo mundo, em Nova Délhi, Adis-Adeba, Rabat, Barcelona, Saigon, Congo, Estocolmo e Cidade do Panamá. Durante este trajeto, teve uma filha e dois filhos. O primeiro dos dois meninos foi Guy que, enquanto o pai deliberava sobre interesses diplomáticos franceses na embaixada panamenha, comandava a filial do Banque Nationale de Paris na Cidade do Panamá, o segundo maior banco do mundo (só o Bank of America o supera em depósitos).

Dado o relacionamento familiar, social, diplomático e financeiro de Guy des Longchamps, o empreendimento de Rivera não poderia desejar amigo melhor. E ele era um amigo, leal e verdadeiro.

Quando Rivera ficou sem dinheiro no Brasil, após fugir à ordem de prisão peruana, foi a Guy des Longchamps que recorreu. Enviou um assistente ao Panamá para buscar dinheiro e francês, obedientemente, mandou-lhe dez mil dólares, sem fazer perguntas e sem fazê-lo assinar nenhum documento. Fosse um gesto de amigo ou um empréstimo bancário ilegal (devido à ausência de documentação), de qualquer forma demonstrou a firmeza de relacionamento entre Guy des Longchamps e Alfonso Rivera, diretor-executivo da Organização Internacional de Narcóticos. E era um relacionamento, como veremos, que continuou a desenvolver-se e prosperar." (pág. 539).

"* Fora Jordán, acompanhando o patrão em sua fuga do Peru, depois da descoberta do chalé de Chosica, quem viajara ao Panamá para buscar os dez mil dólares com Guy des Longchamps."

"* Às 7h30 da noite seguinte, Cornejo encontrou-se com Allen no saguão do hotel. Sentaram-se e conversaram durante meia hora, mas na verdade apenas para transmitir uma única informação: Rivera estava satisfeito por realizar o negócio. Venderia a Allen 200 quilos de base de cocaína. Os primeiros cem quilos custariam um milhão de dólares. A

entrega seria feita depois do pagamento. Quando Cornejo mencionou o milhão de dólares, sua voz soou como a de um homem atirando uma nota de 10 dólares sobre o balcão de um bar. Em seguida entregou a Allen um cartão branco onde se lia:

Alfonso Rivera
Banque Nationale de Paris
(Panamá)
Nome: Guy des Longchamps,
gerente

- Deposite 1 milhão de dólares nesta conta e terá a mercadoria." (pág. 560)

"* Um ano depois do assassinato de Vásquez, alguém disse que Rivera escondia-se em Paris, cidade natal de seu velho amigo banqueiro Guy des Longchamps, onde se suspeitava que estivesse escondido com o auxílio de Guy ou de seu pai, o embaixador francês no Panamá." (pág. 576)

"* Um ano depois da briga com Santiago Ocampo e outros, por causa do assassinato de Vicent Gusmán, La Negra, não mais escondido, viajou até a cidade do Panamá para ver seu dinheiro. Pretendia tratar de alguns detalhes financeiros no Banque Nationale de Paris, quando Guy des Longchamps, o gerente, ofereceu-lhe condolências pela morte do amigo de ambos, Alfonso Rivera (...) Algumas semanas mais tarde, La Negra compareceu a um encontro

às onze horas da manhã, no café do Hotel Bogotá Hilton, com um homem e uma mulher que eram, na realidade, um agente do Centac e uma analista de informações. Falando livremente sobre Rivera, contou aos dois o que ouvira de Des Longchamps, acrescentando que Rivera tinha numerosas contas bancárias secretas em vários bancos panamenhos." (pág. 579)

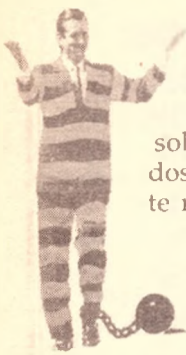
OUVIDOR GERAL

COLLOR BY COLLOR. Collor nunca foi tão Collor como agora. Escreve bilhetinhos como Jânio. Apresenta-se fleumático como um militar. Denuncia conspirações como Getúlio. Sorri como Juscelino. Fantasiado de Presidente, Collor comporta-se como um camaleão. Resultado: não convence. Dá pra se ver que o ator não está imbuído do seu papel, nem nos momentos em que o decorou bem, como em sua última apresentação na TV. Fica entretanto uma sólida impressão: Collor só sabe falar de si. Eis uma boa dica que ouvi: é só observar de que Collor acusa os outros. E transformar as acusações em pauta para investigação da CPI. Collor by Collor: o único autêntico e verdadeiro.

O ESTADÃO SAI DE FININHO. É cômico o editorial recente do Estadão dizendo que o drama do país se deve em parte ao fato de Collor & equipe levaram para Brasília os tiques provincianos das Alagoas: o espírito de clã, o hábito da clique e da claque. Ora, ora, em primeiro lugar o menino Collor é produto mais de Brasília do que de Alagoas; e cresceu politicamente à sombra dos poderes discricionários do regime militar - regime de cuja conspiração e instalação o Estadão participou, embora depois tenha desenvolvido desavenças com ele. Foi neste ambiente discricionário que poder público e impunidade deram-se as mãos: foi aí também que as coisas passaram a ser "irreversíveis" - o que, aliás, rima com "imexíveis". Denuncia-se que PC procurava influenciar nomeações através da Secretaria de Assuntos Estratégicos. Mas durante duas décadas os dirigentes dos serviços secretos fizeram exatamente isto, através do SNI e demais órgãos da mesma laia! Collor denuncia um "Sindicato do Golpe". Ora, o Golpe de 1964 não se justificou no impedimento de uma química República de Sindicatos? Collor simplesmente manipula o que aprendeu; e o que tem em suas mãos e em sua formação foi plantado, cevado e regado a partir do Golpe - com cujas práticas a esmagadora maioria da nossa imprensa teve seu momento de cumplicidade.

FLÁVIO AGUIAR





TERÇA-FEIRA, 7 DE JULHO. Enquanto cai a noite sobre a Esplanada dos Ministérios, vinte mil pessoas continuam aglomeradas diante da rampa do Congresso Nacional. Empu-

nam faixas que pedem o *impeachment* de Collor, e agora agitam com mais vigor as bandeiras dos partidos de esquerda. Lula, o último orador do ato promovido pelo Movimento Democrático contra a Impunidade, prepara-se para começar o seu discurso.

Ele tem sido um freqüentador assíduo do Congresso, nas últimas semanas. Encontra-se constantemente com os presidentes do PMDB e do PSDB, debate com os líderes dos partidos, nos corredores e gabinetes do Legislativo, fórmulas que permitam à CPI continuar investigando, e evitem os ataques cada vez mais truculentos do Palácio do Planalto. Mas nesse instante volta a ser o mesmo Lula das assembleias de Vila Euclides, ou dos comícios da Frente Brasil Popular. "A mobilização popular é imprescindível", destaca. E, entusiasmado, exprime numa frase sua opinião sobre as possibilidades de levar às últimas conseqüências a luta contra a corrupção, que atingiu, comprovadamente, o centro do poder. "A renúncia não virá de uma decisão unilateral, mas como fruto da mobilização popular, porque não é a vontade de um homem, mas a vontade da nação".

REPERCUSSÃO IMEDIATA. "Enterramos o clima de apatia", dirá depois, entusiasmado, um militante que participou das manifestações. Se a previsão é certa, só as próximas semanas poderão dizer. Mas o fato concreto é que a manifestação de Brasília aponta um jeito popular para romper o *impasse* em que parecia mergulhada a vida política do país nas últimas duas semanas, quando alguns fatos ficaram meridianamente claros. Primeiro, o presidente Collor não se inclina à renúncia, apesar da montanha de provas que se acumulam contra si. Segundo, as complicações políticas de um processo de *impeachment* são tão graves, e as conseqüências tão incertas, que a oposição conservadora não parece minimamente disposta a lançar-se a tal empreendimento.

COMPLICAÇÕES POLÍTICAS. Os sinais de que sobreviriam fortes complicações do quadro político tornaram-se nítidos já nos últimos dias de junho, quando a revista *IstoÉ* publicou a entrevista em que o motorista

CPI & IMPASSE POLÍTICO

O POVO MOSTRA A CARA

Uma manifestação de vinte mil em Brasília indica o caminho para impedir que a CPI termine em pizza

OBJETIVA PRESS



A manifestação que os grandes jornais não noticiaram, dá a receita para vencer a crise

Francisco Eriberto apontou com serenidade a riqueza de detalhes as ligações entre PC Farias e o presidente Collor. As revelações chocaram os próprios aliados do governo, e num primeiro momento pareceram colocá-lo em xeque. "Por essa eu não esperava - e olhe que eu tenho visto muita coisa nessa vida", chegou a confessar o governador Antonio Carlos Magalhães, um dos mais fiéis aliados a Collor, a um interlocutor.

Por alguns instantes, a oposição conservadora dispôs-se a ampliar o enfrentamento com o Executivo. "A inflação só cai com um novo governo", declarou em seguidas ocasiões Orestes Quercia. Dirigentes dos tucanos fizeram colocações de idêntico sentido, e a correlação de forças parecia inverter-se também na imprensa. A *Folha de S. Paulo* publicou editorial pedindo a "Renúncia já". O *Estado de S. Paulo*, que até então atacava com vigor os defensores do *impeachment*, fez o mesmo: e até mesmo o sempre oficialista *O Globo* revelou as contas telefônicas do escritório de PC Farias em São Paulo, que indicavam seguidos contatos com o Palácio do Planalto e o próprio gabinete presidencial.

O chefe do governo, no entanto, reagiu de modo oposto

ao esperado por seus críticos nas classes dominantes. Em 30 de junho ocupou rede de rádio e TV para declarar, impassível, que não abandonaria o poder. Dois dias depois, começou a enviar diariamente ao portavoz Pedro Luiz Rodrigues incríveis "bilhetinhos", em que acusava os defensores de seu afastamento de constituírem um "Sindicato do Golpe". A partir de 5 de julho passou a "denunciar" uma suposta "invasão" de sua privacidade pela CPI, e no dia 7 chegou a chamar de "fascistas" os que insistiam nas investigações.

A MÃO DE BRIZOLA. Ao mesmo tempo, Collor aprofundou como nunca as boas relações que mantém com o governador Leonel Brizola. Após um encontro que os dois mantiveram no dia 2, o chefe do PDT passou a empregar, para comentar a crise, até mesmo um palavreado semelhante ao do chefe do governo. As investigações promovidas pela CPI, disse, eram um "movimento golpista" contra o presidente. Não satisfeito, Brizola pressionou tanto a bancada de seu partido no Congresso quanto candidatos às prefeituras das capitais a defender o Executivo.

As provas *factuais* apresentadas pelo presidente em

sua própria defesa foram sempre pífiyas e inconsistentes. As alegações de que o ex-secretário Cláudio Vieira era quem de fato abastecia a conta bancária com que eram pagas as despesas da Casa da Dinda não resistiram a uma diligência em algumas agências bancárias de São Paulo. E os membros da CPI que a realizaram recolheram novas evidências de que os depósitos mais polpudos e freqüentes em tal conta eram feitos por indivíduos notoriamente ligados a PC Farias.

TRUNFOS DE COLLOR. O presidente não desconhecia, no entanto, circunstâncias muitas vezes subestimadas por boa parte dos analistas. O julgamento de um chefe de Estado é invariavelmente uma *decisão política* - não uma avaliação moral. Para chegar ao *impeachment* é necessário, portanto, reunir forças, e as oposições têm duas dificuldades essenciais para fazê-lo.

Em primeiro lugar, a constituição exige, para consumir o impedimento do chefe do governo, o apoio de dois terços dos membros da Câmara e do Senado. Somadas, as bancadas da oposição conservadora e das forças populares reúnem aproximadamente a metade, apenas, do Congresso. Esse quadro

de forças não é, por certo, imutável, mas só pode ser alterado substancialmente através de *pressões populares* capazes de induzir parte da bancada governista a votar contra o presidente.

Collor sabe que as correntes conservadoras que defendem seu afastamento *não* estão dispostas a levar às ruas o debate em torno da saída para a crise. Se o fizessem, elas correriam enorme risco de perder o controle do processo. Uma pesquisa realizada no início do mês pelo instituto DataFolha revelou que em caso de *impeachment* 54% da população quer novas eleições, enquanto apenas 19% defendem a posse de Itamar Franco, solução preconizada por partidos como o PMDB e o PSDB. Num novo pleito, Lula lideraria as intenções de voto, atestou o DataFolha.

A VOZ DAS RUAS. A mesma pesquisa demonstrou por fim que 72% dos entrevistados *rejeitam* a política econômica do governo. A oposição conservadora e as forças sociais em que se sustenta, ao contrário, a *apóiam*, no essencial. No dia 8, mil empresários pelo menos eram esperados em São Paulo para um jantar em solidariedade ao ministro Marçílio Moreira. Embora estivessem previstas queixas contra o prolongamento da recessão, os organizadores do evento deixaram claro que ele se destinava a defender as reformas conduzidas

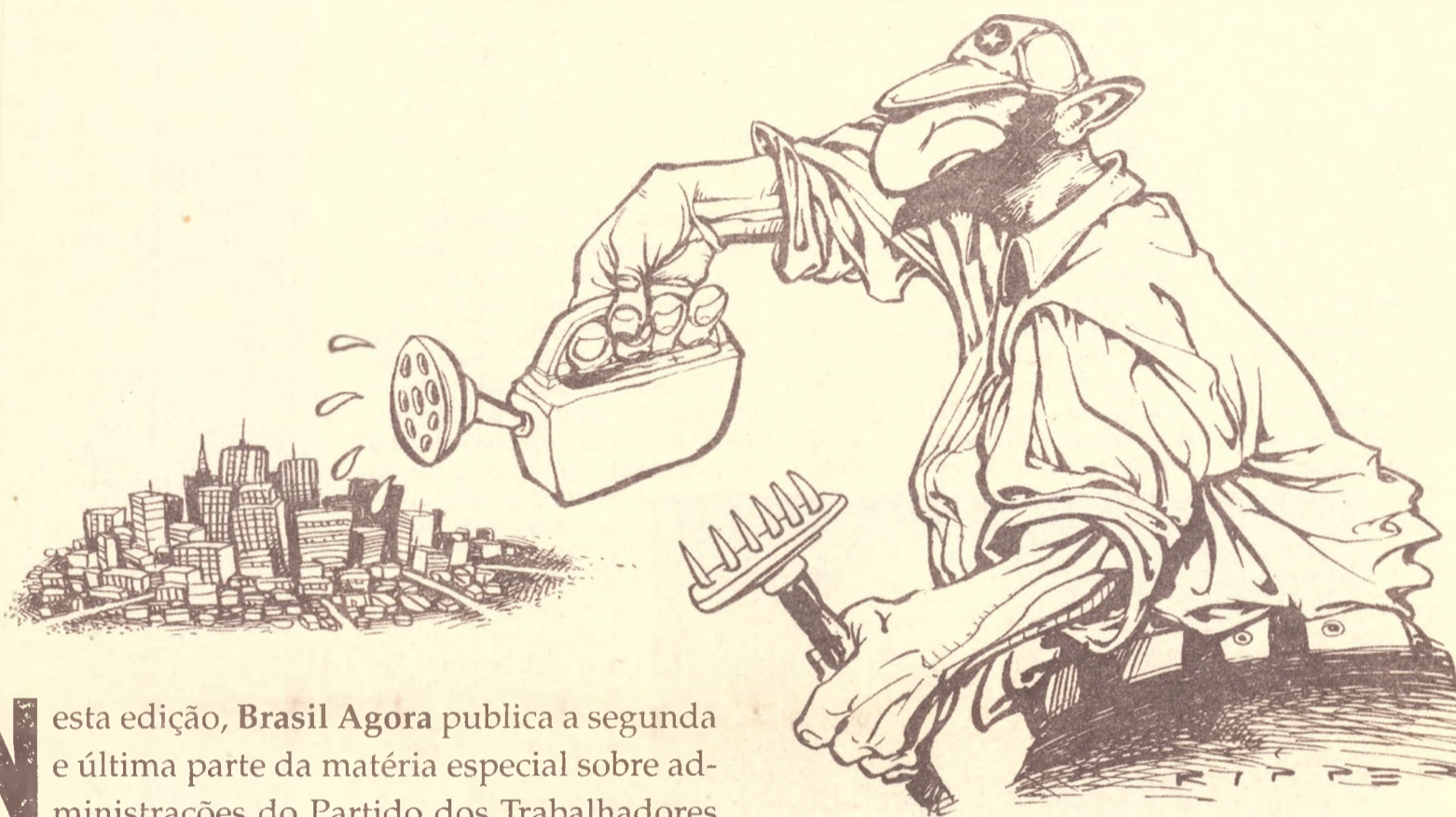
pelo ministro, como a privatização e a abertura mais profunda da economia ao capital externo. Foi em meio a esse clima de autêntico *impasse* que ocorreu a manifestação anti-Collor de Brasília. Horas antes de se concretizar, os ministros militares reuniram-se com Collor, e confessaram-se preocupadíssimos com a possibilidade de debate sobre a crise fugir ao controle do Congresso e ganhar as praças. A preocupação era justificada. A realização do ato obrigou o governo Leonel Brizola a autorizar o comparecimento, a ele, da maior parte da bancada pedetista no Congresso, e da candidata a prefeita do Rio, Cidinha Campos, que estava assustada com as repercussões eleitorais de uma eventual ausência. Quercia e Tasso Jereissati negaram-se a comparecer, mas não puderam impedir que as bases de seus partidos no Distrito Federal mantivessem o apoio à manifestação, e comparecessem a ela. Surgiram pela primeira vez sinais de que, se a iniciativa adotada pelos partidos de esquerda em Brasília se multiplicar, a crise poderia reverter em algo mais que um simples e monótono acerto entre as elites.

ANTONIO MARTINS



O RESGATE DA CIDADANIA

UM DIREITO FUNDAMENTAL



Nesta edição, *Brasil Agora* publica a segunda e última parte da matéria especial sobre administrações do Partido dos Trabalhadores em cidades de porte médio. Iniciado, na edição anterior, com as cidades de Santos, Piracicaba e Ipatinga, o especial analisa, nas páginas seguintes, as administrações de Santo André, São Bernardo do Campo e Diadema, em matérias de Jô Amado.

Diante de inequívocos dados que atestam o sucesso dos governos petistas na região do ABC paulista, o leitor atento poderá, entretanto, ficar intrigado: por que, então, pesquisas recentes destacam a fragilidade dos candidatos a prefeito do PT para as eleições de outubro?

Uma explicação possível refere-se ao momento das pesquisas. No início de qualquer campanha eleitoral, quase sempre elas dão como resultado a preferência por nomes já conhecidos do eleitorado, por terem ocupado cargos executivos anteriormente, como é o caso dos candidatos apresentados como preferidos no ABC, todos ex-prefeitos, em detrimento de nomes que vão se tornar mais conhecidos durante a campanha eleitoral.

Outra explicação pode ser a dificuldade de se transferir para o plano político-partidário a aprovação às administrações. O sucesso da administração teria como responsável, neste caso, segundo pensariam os eleitores, a figura do prefeito e não o partido a que

ele pertence, ou o candidato lançado por este partido à sucessão.

Isto pode ter sido reforçado pelo processo de escolha dos candidatos, que em São Bernardo e Santo André resultou em nomes que não eram os preferidos pelos atuais prefeitos. Agora, com a campanha já em andamento, o desafio é transferir, para os candidatos petistas, a aprovação à administração. Acontecendo isto, é bem possível que os números das pesquisas comecem a mudar.

No caso de Diadema ("a cidade mais petista do Brasil"), o problema parece ser outro: Gilson Menezes, ex-diretor do Sindicato dos Metalúrgicos, fundador do Partido dos Trabalhadores e primeiro prefeito da cidade pelo PT (em 1982), deixou o partido em 1988, embora seu nome continue, até hoje, vinculado à própria história do PT, para grande parte dos moradores (os dados da própria pesquisa do Datafolha são reveladores: é mínima a diferença entre o índice de aceitação da atual administração petista e o índice de preferência pela candidatura de Gilson). Quando os eleitores perceberem que o candidato a prefeito pelo PT não se chama Gilson, as pesquisas poderão ter outro resultado.

SANTO ANDRÉ

A CONQUISTA DA MEMÓRIA E DA CARA DE UMA CIDADE

A palavra-chave para se ter uma noção do que vem acontecendo em Santo André nos últimos anos é *planejamento*. Um planejamento que visa, fundamentalmente, dois objetivos que acabam se confundindo: o resgate da identidade municipal e de uma matriz *espaço* (a comunidade que vive no território dessa cidade) e o direito à cidade.

Com quase 700 mil habitantes e passando atualmente por um momento crítico de reavaliação de sua vocação econômica (ver *box* sobre a tendência à "terceirização" da cidade), Santo André conta com um Plano Diretor urbano que apresenta orientações apontando para a solução de seus problemas nos próximos vinte anos. De acordo com esse Plano, a cidade será dividida em três grandes categorias - zona urbana (área já loteada), zona de expansão urbana (área ainda não loteada) e zona de preservação (área restrita, onde se dará prioridade ao patrimônio natural). Todas as políticas setoriais exigidas pela cidade - saneamento, habitação, saúde, transporte etc. - já vêm sendo executadas conforme as diretrizes do Plano Diretor urbano.

EXERCÍCIO DE CIDADANIA. O projeto "Planejamento de Bairro" desenvolvido pela Prefeitura de Santo André exemplifica, na prática, o compromisso assumido pela administração do PT de resgatar o direito que o cidadão tem à cidade. "O projeto está ligado à idéia de um planejamento que busca dar um salto qualitativo nas intervenções no espaço urbano", diz o prefeito Celso

Daniel. "Enquanto método de trabalho, o Planejamento de Bairro deve ser compreendido como um conjunto de princípios que nortearão os objetivos das intervenções no bairro em suas variadas etapas, possibilitando um processo constante de avaliação e reavaliação das nossas ações, inclusive do próprio conceito de planejamento de bairro."

Detectada uma determinada demanda ou reivindicação em um bairro, a Prefeitura, antes de iniciar qualquer obra, discute com os moradores projetos que podem melhorar sua qualidade de vida. Assim, inicia-se um trabalho integrado entre a administração da cidade - através de suas várias secretarias - e a população do bairro. Com a participação, os moradores passam a se sentir mais identificados com o lugar onde residem, despontando um sentimento de apropriação coletiva e de responsabilidade

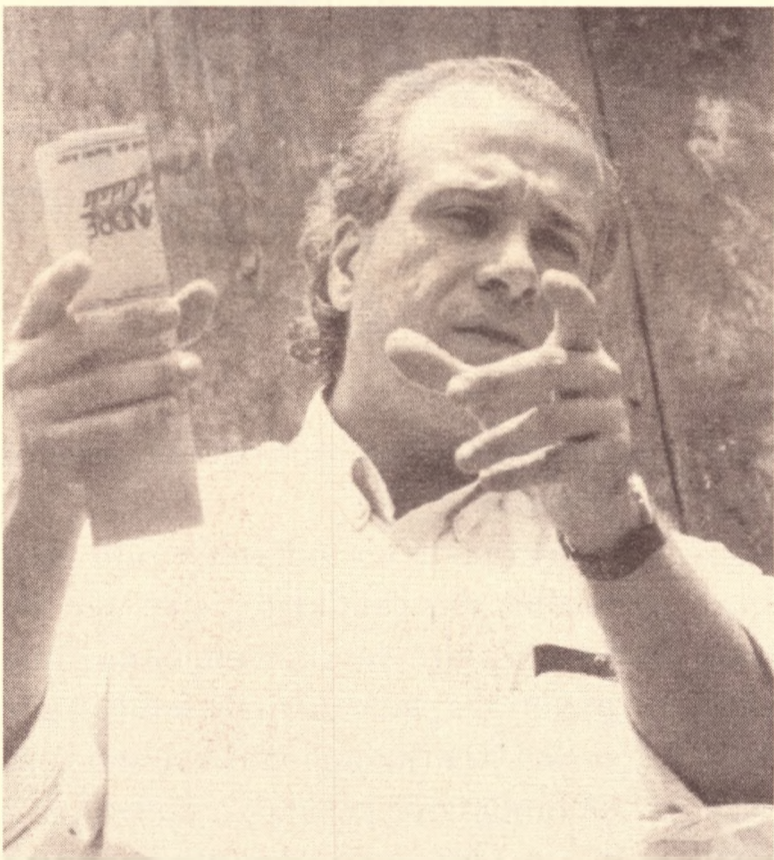
bre as partes e o espaço total da cidade e, principalmente, discutir e planejar o futuro. No que diz respeito ao planejamento do futuro, também é nosso objetivo, a prazo mais longo, que a população tenha uma melhor compreensão de evolução do patrimônio cultural e do meio-ambiente; da inserção do bairro no contexto maior da cidade; do aumento da relação população/adensamento; e, finalmente, da caracterização, histórica e social, do bairro."

A RECEITA DO TRANSPORTE. Em seu segundo ano na administração de Santo André, o prefeito Celso Daniel decretou intervenção e desapropriação de uma empresa de transporte coletivo, a Alpina, após terem sido constatadas irregularidades na prestação de serviços. Simultaneamente foi criada a Empresa Pública de Transporte, o que marcou o início

de uma grande transformação no sistema de transportes da cidade. Em setembro do mesmo ano, a Prefeitura completava o seu projeto, implantando a Receita Pública. Trata-se de um sistema que significa a centralização do dinheiro arrecadado pelas empresas de ônibus num caixa único, controlado pela Prefeitura. Desse total, 25% fica com as próprias empresas para cobrir despesas de rotina, como combustível, lubrificante etc. Quinze dias mais tarde, cada uma das empresas privadas receberá a parte que lhe cabe dos 75% depositados na conta da Prefeitura - poderá receber mais ou menos do que arrecadou, dependendo da qualidade do serviço prestado. No cálculo para remuneração, além da quilometragem rodada, a Prefeitura considera a qualidade do serviço, como, por exemplo, a idade dos ônibus. O

controle é efetuado diariamente por fiscais da Prefeitura. Entre várias melhorias obtida com o Sistema de Receita Pública do transporte, vale citar a criação de sete linhas interdistritais (que ligam o 1º ao 2º subdistritos) e oito linhas de 24 horas.

"A solução que Santo André encontrou para a questão do transporte coletivo é uma demonstração concreta de como é importante que discutamos a necessidade de estabelecer uma nova relação entre o público e o privado, para que não caiamos, ao combater o mito da privatização, no mito da estatização", afirma Celso Daniel. "Implantamos uma empresa de transporte e todo o sistema de transporte coletivo está sob controle estrito da Prefeitura, embora dois terços das empresas sejam privadas."



FERNANDO FERREIRA

CELSO DANIEL

Prioridade ao direito à cidade e administração dentro de um Plano Diretor, que aponta para a solução de problemas nos próximos vinte anos.

de, por parte dos moradores, que descobrem, e passam a exercitar, o direito à cidadania. Até agora, quatro bairros já foram beneficiados com a implantação desse projeto: Itapoan, Marek, Marajoara e Gerassi.

"Além do objetivo mais imediato, de efetuar ações integradas por parte da Prefeitura, temos também objetivos a médio e longo prazos junto à própria população dos bairros", explica Celso Daniel. "É fundamental que se consiga ampliar a relação da população com o espaço urbano, propiciar relações de vizinhança, incentivando a sociabilidade, ampliar a apropriação do espaço público, ampliar condições de segurança, em especial dos pedestres, atender às diversas faixas etárias, ampliar o conhecimento da população local so-

TERCEIRIZAÇÃO

UMA TENDÊNCIA REAL

Curiosamente, o chamado "processo de terceirização" de parte da região do ABC paulista - especialmente o município de Santo André - vem sendo interpretado, inclusive dentro do PT, como uma espécie de manobra diabólica, arquitetada sabe-se lá por quem, com o objetivo pressuposto de esvaziar a força da classe operária.

Não se trata, entretanto, de uma perda absoluta da atividade industrial, e sim de uma tendência expressa em números concretos, que nada têm de nefastofélicos. Em 1960, Santo André representava 3,3% do valor adicionado na indústria brasileira (uma espécie de PIB municipal) e 2,2% da força de trabalho nesse setor. Em 1980, esses números caíram, respectivamente, para 2,0% e 1,3% (dados do IBGE), com as previsíveis conseqüências sobre as finanças públicas do município.

A proliferação de centros comerciais e de serviços, de lojas de departamentos, de shopping centers e de hipermercados na região do ABC confirma, a olho nu, os números apontados nessas estatísticas, demonstrando claramente que de nada adianta tentar tapar o sol com uma peneira: o ABC - e particularmente o município de Santo André - vai deixando de apresentar sua histórica atrofia do setor terciário, que passa a ganhar, ao contrário, um peso acelerado.

Santo André é uma cidade de tradição operária. Os números mais recentes do IBGE mostram 57,4% de sua População Economicamente Ativa (PEA) na indústria (52,1% na indústria de transformação e 42,5% no setor de comércio e serviços terciários). Outros dados mostram também que 70% dos moradores de Santo André trabalham no mesmo município (quadro bem distinto do de São Bernardo, por exemplo, onde apenas 45% da PEA trabalha e reside no município).

Santo André pode também ser considerado o "núcleo rico" do ABC. Enquanto no Brasil, segundo o IBGE, 72% das famílias recebiam até cinco salários-mínimos em 1980, esse índice caía para 57,2% no estado de São Paulo; para 49,1% na região do ABC; e para 42,4% em Santo André. Neste município, 28,3% dos moradores têm telefone, 87,2% têm geladeira, 91,9% têm televisão e 41,5% têm carro - índices que podem ser considerados os mais altos do país.

Em contrapartida ao que ocorre com a classe operária, os representantes do grande capital não têm expressão na região do ABC. São expressivos e consideráveis alguns segmentos de uma pequena burguesia, que se organizam em associações de comerciantes, de industriais, de profissionais liberais, clubes de serviços, mas, também ao contrário do movimento sindical, sua expressão social e política raramente transcende as fronteiras do próprio município ou da região.

SANTO ANDRÉ
Direito à Cidade

Prefeitura Municipal de Santo André

A PERIFERIA RESGATADA NEM PARECE MAIS A MESMA

No quarto ano sob administração do Partido dos Trabalhadores, pode-se dizer que a cidade de São Bernardo do Campo, hoje, são duas: o centro comercial da cidade, seguramente mais limpo, mais cuidado, mais racionalizado, não deixa de ser o velho centro comercial de sempre; mas há uma "cidade nova", pouco perceptível a quem apenas está passando por São Bernardo. "Para se ter uma idéia do volume de obras realizadas, em 90% de sua totalidade para a periferia, basta dizer que elas representam mais do que aquelas realizadas nos 12 anos das duas administrações anteriores", diz o prefeito Maurício Soares de Almeida, o conhecido como "Dr. Maurício", ex-advogado do Sindicato dos Metalúrgicos. São obras de saneamento, de asfaltamento, de construção de escolas e de unidades básicas de saúde que não só urbanizaram, mas transformaram pequenas aglomerações populacionais nas mais afastadas áreas de ocupação em autênticos bairros. O próprio povo da cidade reconhece isso: "Olha, lá no Batistini, por exemplo, se pintar um cachorrinho na rua com um cartaz do PT, tá eleito vereador..."

Mas não foi fácil. O primeiro ano de administração do PT foi, em grande parte, direcionado para o saneamento das finanças do município: o governo do Dr. Maurício herdou uma dívida total que, em valores de hoje, representaria cerca de uma quarta parte do orçamento de São Bernardo: 60 bilhões de cruzeiros. Em função

disso, uma das prioridades estabelecidas pela Prefeitura foi a da reforma tributária, que, em dois anos, permitiu o crescimento efetivo na receita, possibilitando os investimentos necessários à infra-estrutura da cidade.

SAÚDE PARA ADULTO. Quando o PT entrou para a Prefeitura de São Bernardo, existiam apenas, na área da saúde, 24 postos de puericultura, funcionando em horários relativamente exóticos e imprevisíveis. Hoje, esses 24 postos transformaram-se em Unidades Básicas de Saúde e, além de proporcionarem atendimento na área de pediatria, contam com clínica geral, psicologia e assistência social. Há ainda mais três UBS, novas, em funcionamento. Com a municipalização da saúde, em 1989, a administração da cidade passou a assumir, também, o antigo Centro de Saúde do Estado (hoje, Ambulatório de Especialidades Médicas) e, posteriormente, o Ambulatório de Saúde Mental. Em abril deste ano, foi inaugurado o projeto-piloto de informatização do Pronto-Socorro de Taboão, que não só permite acesso instantâneo ao histórico patológico do paciente, como estabelece, a qualquer tempo, o perfil epidemiológico do município.

O transporte coletivo em São Bernardo era explorado, até 1989, por sete empresas. No primeiro

ano de governo, o Dr. Maurício decidiu - apesar da situação precária das finanças - encampar quatro delas, criando a Empresa de Transportes Coletivos de São Bernardo do Campo (ETC), que passou a controlar 62% da frota de ônibus do município. Em setembro do ano passado, a Prefeitura decidiu não renovar o contrato de concessão de linhas com as restantes três empresas, completando assim o processo de municipalização do transporte coletivo em São Bernardo.

CONSELHOS POPULARES. Para o secretário de Planejamento, Taiti Inenami, o que mudou em São Bernardo com a administração do PT foram, essencialmente, duas coisas: a forma de governar e a participação da comunidade. "A transparência e a moralidade pública da atual administração são as garantias de um governo

questão do menor e do adolescente. O Conselho Municipal de Transporte também deverá ser criado em breve, por iniciativa das plenárias que se vêm organizando por regiões da cidade.

O MORRO TEM VEZ. A intensidade do fluxo migratório desenfreado para São Bernardo nos últimos 30 anos (hoje, a cidade tem 570 mil habitantes; em 1980, tinha 425 mil; e em 1960, apenas 80 mil) gerou, como não podia deixar de ser, um problema crônico de moradias. Nos últimos dez anos, o número de residências (incluindo favelas) aumentou em cerca de 45%. Não é surpreendente, portanto, que durante a administração do PT a população carente tenha se organizado, numa Plenária Permanente de Favelas, para reivindicar o direito de morar com um mínimo de

dignidade. Dessa aproximação com a Prefeitura surgiu - e os resultados já são visíveis - o Programa de Urbanização de Favelas. Dos 101 núcleos favelados cadastrados pela Prefeitura, 37 já estão em processo de urbanização, beneficiando 17 mil famílias - mais de 70 mil pessoas. Pelo Programa de Urbanização, a Prefeitura fornece a área, com os lotes já demarcados (quatro por 16 metros) e, além da infra-estrutura (água, luz, esgoto), oferece assistência técnica na construção das casas, que normalmente são levantadas em mutirão.

O Plano Diretor da cidade, que só agora está sendo terminado, prevê ainda um conceito inovador que poderá resolver o problema do déficit habitacional

crônico: a economia de infra-estrutura. Trata-se da racionalização dos recursos existentes, com a construção de casas e conjuntos habitacionais em regiões com facilidades de acesso às redes de água e esgoto e energia elétrica. Segundo a equipe que prepara o Plano Diretor, São Bernardo tem 16 quilômetros quadrados de terrenos com boa parte destas melhorias já instaladas.



MÁRIO ISHIOTO

MAURÍCIO SOARES

Obras de saneamento, asfalto, construção de escolas e unidades básicas de saúde: 90% na periferia. E os serviços públicos funcionando.

democrático. E a participação organizada da sociedade no próprio processo de governar garante o aspecto popular da administração", diz ele. Taiti entende que esse processo de participação teve início já no primeiro ano, quando o orçamento da cidade começou a ser discutido nos bairros. "Eram três meses. As reuniões começavam em julho, nos bairros, onde se detectavam e se definiam as prioridades. Cada agregado de bairros - ou região - criava, em seguida, um núcleo de discussão do orçamento que, finalmente, passou a se constituir num Conselho de Orçamento, composto pelos delegados de cada região. Ao final de três meses de trabalho, em setembro, tínhamos que ter o orçamento fechado."

O mesmo princípio de organização e participação popular permitiu a criação de Conselhos em outras áreas, como saúde, educação e para a



Administração Popular e Democrática de São Bernardo do Campo

DETROITIZAÇÃO

MISTIFICAÇÃO ENGENHOSA

Nos últimos meses, algumas das vezes mais conservadoras do empresariado vêm ensaiando uma campanha sistemática contra o que passou a ser denominado a "detroitização" de São Bernardo.

Trata-se, na realidade, de uma engenhosa mistificação que, em última instância, tem como objetivos maiores o enfraquecimento do sindicalismo mais avançado do país e, de quebra, botar areia na proposta de administrar a cidade a partir do interesse de seus cidadãos.

Os dois grandes eixos da crise que envolve São Bernardo podem ser sintetizados da seguinte forma: (1) o próprio desenvolvimento vertiginoso da indústria automobilística proporcionou um inchaço desordenado da cidade. Uma série de administrações municipais absolutamente irresponsáveis promoveram políticas de atração populacional em períodos críticos. Criou-se, assim, uma dualidade marcante na cidade: de um lado, a força de trabalho qualificada, empregada na grande indústria, percebendo salários superiores à média brasileira; de outro, um enorme contingente sem qualificação profissional vivendo em condições precárias; e (2) também em função da recessão - ou melhor, das recessões -, as indústrias automobilísticas enxugaram drasticamente o capital disponí-

vel para investimentos, o que resultou não apenas numa estagnação da produção física de veículos (inalterada ao longo da década de 80), mas num considerável atraso tecnológico.

A retração do crescimento industrial na região de São Bernardo, no entanto, está muito longe de apontar para uma "detroitização", ou seja, uma desindustrialização. Pelo contrário: ao longo dos últimos 18 meses, algumas das mais importantes indústrias reafirmaram não apenas a sua permanência, mas um aumento de investimentos em suas plantas - Sherwin-Williams e Akzo, em fevereiro de 1991; Metal Leve, em março de 1991; Glasurit (BASF), em novembro de 1991; Otis (que saiu de Santo André), em dezembro de 1991; Ericsson, em fevereiro de 1992; Brastemp, em março de 1992; e Scania e Sofunge, em abril de 1992.

Tudo indica, portanto, que os apóstolos da "detroitização" estão apenas jogando verde. Na verdade, São Bernardo tem todas as condições para prosseguir sendo uma cidade de vocação industrial: tem infra-estrutura, indústrias de apoio diversificada (elétrica, química, comunicação etc) e uma mão-de-obra altamente qualificada.



DIADEMA

EM MENOS DE 10 ANOS, UMA ENORME TRANSFORMAÇÃO

A cidade de Diadema - o "D" do ABCD paulista - é única em vários aspectos. Ela foi uma das duas únicas cidades (e a única essencialmente operária) conquistadas pelo Partido dos Trabalhadores em 1982. Mas Diadema não é apenas a única cidade do país que teve dois governos consecutivos do PT: Diadema é, seguramente, a cidade mais petista do Brasil.

Segundo pesquisa realizada pelo Instituto Gallup de Opinião Pública em fevereiro deste ano, 43% dos entrevistados declararam sua preferência pelo Partido dos Trabalhadores e, mais ainda, três em cada quatro moradores de Diadema aprovam o governo do PT na cidade.

Com uma população de quase meio milhão de habitantes, 51% da qual diretamente integrada na economia (índice de População Economicamente Ativa mais alto do país), Diadema conseguiu, em nove anos de administração petista, passar da pouca honrosa condição de "campeã dos cortiços", frequentadora habitual das páginas policiais dos jornais, ao status de 9ª maior cidade em arrecadação de ICMS no estado de São Paulo e vigoroso centro industrial, hoje com cerca de 1.500 indústrias.

Se alguma cidade administrada pelo PT pode dizer, com orgulho, que houve uma mudança

qualitativa substancial na vida de seus cidadãos, esta é, sem dúvida, Diadema: Diadema não apenas mudou de cara; Diadema virou cidade.

PEDRA NO CAMINHO. Se o balanço administrativo da primeira gestão do PT em Diadema (de Gilson Menezes, que se desligaria do partido no final do mandato por discordar do resultado do processo sucessório) foi indiscutivelmente positivo, também é

libradas, foram adquiridos mais carros. Resultado: ampla aprovação popular à administração do PT.

PT DEU CERTO. Sindicalista e presidente do PT/Diadema até recentemente, Francisco Valmeido, o Chiquinho, reafirma, a cada instante, o êxito do PT nas suas duas administrações da cidade. "Diadema é uma cidade muito carente e a única forma de poder devolver a dignidade aos seus moradores é justamente dentro da proposta do PT: priorizar a assistência a quem mais necessita", diz ele. "Com a administração do PT, tanto no tempo do Gilson quanto na gestão do Zé Augusto, acabaram-se as marmatas - sobretudo na questão dos transportes -, acabou-se a corrupção. Os próprios moradores dos bairros pobres sentem isso. Participam de plenárias, interferem, se conscientizam dos problemas da cidade. O Conselho de Transportes, por exemplo, é constituído de um representante por região de Diadema (são 11), mais um da Câmara dos Vereadores, um da Prefeitura e um dos funcionários da Empresa de Transportes Coletivos de Diadema (ETCD). Então, isso é muito bom: o pessoal participa e cresce, politicamente. Compreende que é cidadão."



ZÉ AUGUSTO

Participação popular transformando um lugar problemático numa verdadeira cidade, com uma das maiores arrecadações de ICMS do estado.

verdade que deixou em legado ao seu sucessor, o médico José Augusto da Silva Ramos, uma pedra no meio do caminho: a encampação dos ônibus. Uma frota constituída por ônibus velhos, sem manutenção ou peças de reposição, circulava por uma cidade onde os logradouros não eram menos precários. Voltar atrás, Zé Augusto não podia; logo, o jeito era ir em frente. Uma pesquisa feita pelo Ibope em 1989 pode ter contribuído para iluminar o prefeito: quase 40% da população de Diadema reivindicava a pavimentação das ruas como prioridade primeira. Se a administração não tinha condições de renovar a frota de ônibus, a solução poderia estar em asfaltar as ruas...

Em três anos de administração, o prefeito Zé Augusto asfaltou 1,3 milhão de metros quadrados em mais de 600 ruas - mais metros quadrados pavimentados do que nos 30 anos de emancipação da cidade. Paralelamente, foi criado o sistema integrado de ônibus-trólebus (o usuário pega ônibus de casa para o terminal e de lá para o trabalho, pelo trólebus, pagando uma única tarifa), e, mais recentemente, com as finanças já mais equi-

libradas, foram adquiridos mais carros. Resultado: ampla aprovação popular à administração do PT.

Problema crônico em cidade carente é a questão da moradia. "Diadema tem a segunda maior taxa de densidade populacional do Brasil: 15 mil habitantes por quilômetro quadrado", explica Lício Gonzaga Lobo Jr., diretor de Planejamento da Prefeitura. "Isso, é claro, gera um déficit habitacional altíssimo. Uma das formas criadas pela Prefeitura para detectar reivindicações nos bairros foi a implantação do Projeto Pé na Rua. O pessoal vai aos bairros, conversa com a população, levanta os problemas e tenta encaminhar uma resposta rápida às reivindicações. E, com isso, fica uma semente de politização, de conscientização, de 'fazer política'."

Através do departamento jurídico, a Prefeitura de Diadema já concedeu direito real de uso de imóvel em 51 áreas públicas, beneficiando cerca de 4.200 famílias. Foram também regularizados 34 loteamentos, num total de um milhão de metros quadrados.

SAÚDE NA PONTA. Das cidades da região do ABC, Diadema está, seguramente, na ponta, em matéria de saúde.

Na administração do PT foram construídas 14 Unidades Básicas de Saúde (UBS), um Hospital Público com 100 leitos e quatro Pronto-Socorros, e o novo Hospital Infantil será inaugurado no mês que vem.

Através do Programa Metropolitano de Saúde, a Prefeitura obteve recursos do Banco Mundial para a construção de um Hospital Geral Municipal, em terreno já desapropriado. A participação organizada de representantes de bairro no Movimento pela Saúde foi decisivo para essa vitória.

Lício Lobo, o diretor de Planejamento, enfatiza que um dos fatores determinantes para o bom desempenho da administração de Zé Augusto foi a implantação de uma política tarifária progressiva (IPTU): 0,5% do valor venal para imóveis residenciais e 2,0% para indústrias. "O IPTU, que era 2% da receita do município em 1989, passou para 10% em 1991. Só que houve chiadeira. As indústrias têm, até hoje, um débito de oito milhões com a Prefeitura. O suficiente para construir oito Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEI)..."

PT-MG PROMOVE SEMINÁRIO

A Comissão Dirigente do PT de Minas Gerais está organizando o Seminário sobre Reforma do Estado, como uma contribuição ao processo de elaboração do Projeto Alternativo para o Brasil. O Seminário será realizado nos dias 14 a 16 de agosto, na Escola Sindical 7 de Outubro, em Belo Horizonte.

Todos os debatedores - entre os quais Maria Vitória Benevides (da USP), Jorge Bittar, Eduardo Jorge, Aloísio Mercadante, Paul Singer e outros, incluindo sempre em cada sessão um representante de Minas Gerais - apresentarão textos que posteriormente serão transformados em documentos para divulgação interna do PT.

Haverá seis painéis, que discutirão a crise do Estado, sua reforma e as mudanças necessárias; estatais, privatização e alternativas; reformas administrativas e democratização do Estado; previdência social; o Estado e a recuperação de sua capacidade de financiamento e, por fim, Estado, o setor público e o desenvolvimento econômico e social.

Segundo o presidente da Comissão Dirigente, Ignacio Fernandes, esta comissão está aberta a sugestões e contribuições.



MUDANDO DIA A DIADEMA

Mudança de 360 graus

A encenação do governo deixa no final apenas o assalariado, como sempre, pagando as contas.

Parecem bastante remotas as chances de aprovação no Congresso dos projetos enfim apresentados pelo governo para a chamada reforma fiscal. Muitas das propostas não têm consenso dentro do próprio Ministério e menos ainda na base parlamentar governista; outras já foram recusadas no Congresso em 1991, e boa parte delas supõe diversas alterações na Constituição, um processo demorado pela exigência de votação com quórum qualificado nas duas casas do Congresso.

encargos entre União, estados e municípios: é o caso de reconcentrar poderes na União ou de aprofundar o federalismo, transferindo encargos e receitas de forma audaciosa? E o que temos a dizer sobre a necessidade ou não de fundos, como o PIS/FAT, base para os financiamentos do BNDES à atividade produtiva e que o projeto do governo pretende extinguir?

CRISE PIORA. Embora a necessidade de se promover uma ampla reforma fiscal no país encontre aceitação cada vez

de mecanismos herdados da ditadura, como a Previdência e o sistema de habitação. Além disso, a recessão tem incentivado o aumento da sonegação fiscal, por meio da chamada "informalização", com muitas empresas simplesmente funcionando inteiramente à margem de qualquer registro legal ou por meio do chamado "caixa 2" de empresas legalizadas. Tudo isso somado à convivência oficial, expressa no enfraquecimento da Receita Federal e de outras instâncias de controle. Basta ver que se tornou

Japão e muito acima de 30% na Europa. Mas ela é gasta muito mal e atinge a sociedade de forma desequilibrada.

Com seu eterno gosto pelas simplificações, os empresários e a imprensa aderiram com entusiasmo à tese de que basta reduzir o número de impostos e acabar com as contribuições sociais. Isto daria maior incentivo às empresas para aumentar a produção, empregar mais gente e sair da informalidade. Todos pagariam menos impostos, mas, num passe de mágica, o total arrecadado aumentaria, pois haveria estímulo a parar de sonegar e voltar a produzir.

ASSALARIADO PAGA. O projeto do governo adere a essa idéia, propondo a redução do número de impostos para "simplificar" a vida das empresas. Mas não altera um velho problema do sistema tributário brasileiro: a carga principal continua sobre as empresas, e não sobre os indivíduos. Há reclamações justificadas de muitos empresários de que os impostos incidentes sobre a produção no Brasil são muito maiores que em outros países, o que torna nossos produtos pouco competitivos.

Só que, para reduzir os impostos sobre a pessoa jurídica, seria preciso aumentá-los sobre as pessoas físicas. Não sobre os assalariados, como propõe o pacote do governo, ao defender uma alíquota mais elevada para o imposto de renda na fonte e um limite de isenção menor. Mas sobre os rentistas, os proprietários das empresas, os detentores de grandes patrimônios.

O governo propõe um novo imposto sobre o patrimônio, é verdade, mas afetando as empresas e podendo ser deduzido do imposto de renda. Com isso, como aponta José Serra, é possível que o imposto acabe incidindo fortemente sobre as estatais apenas, pois estas têm grande patrimônio e lucros baixos, o que não lhes permitiria a dedução do IR. O caminho mais correto seria o de tributar os proprietários do patrimônio, de acordo com propostas já existentes. Basta lembrar a escandalosa sonegação do imposto territorial rural.

CARLOS EDUARDO CARVALHO



moda entre empresários o anúncio público de que sonegam impostos, sem que se tome qualquer providência.

SEM CONSENSO. Frente a esse quadro, convergem as opiniões de que é preciso recuperar a capacidade fiscal do setor público. Mesmo aqueles que pretendem reduzir o papel do Estado concordam que este precisa gastar muito dinheiro nos próximos anos para recuperar a infra-estrutura, estruturar um sistema educacional e de pesquisa científica adequado, aprimorar os serviços públicos. E o consenso acaba aí. Pois o próximo passo é definir quem pagará mais dinheiro para isso, se for o caso de se aumentar a carga tributária, ou de onde se cortar a mais despesas, se esse for o caminho privilegiado para produzir um superávit fiscal.

As escolhas não são simples. A carga tributária bruta no Brasil é relativamente baixa frente a outros países, algo em torno de 21% a 24% do PIB nos últimos anos, contra percentuais próximos a 30% do PIB em países como Coréia do Sul

Todas essas dúvidas levaram o deputado José Serra (PSDB/SP) a questionar, em artigo recente (*Folha de S. Paulo* 7/7/92), se "a afobação e confusão em torno do ajuste" não são afinal "provocadas pelo desejo do governo de mostrar que continua existindo, apesar da CPI e do colapso de sua credibilidade".

É um momento importante para que as forças de esquerda tomem posição clara sobre os temas envolvidos na proposta oficial. Falta, por exemplo, uma definição sobre temas candentes como a extinção das contribuições sociais e sua substituição por um novo imposto, bem como sobre toda a problemática envolvida na crise da Previdência. Não menos importante é a necessidade de de um posicionamento sobre a repartição da arrecadação e dos

maior, esta não se traduz em consensos a respeito das orientações gerais que a reforma deve ter, e muito menos sobre as medidas concretas a implementar. Uma ampla divergência nessa área não é de se estranhar. Os problemas de natureza fiscal estão no cerne dos conflitos políticos das sociedades hoje. É preciso decidir quanto o setor público deve arrecadar e sobre quem, e quanto ele deve gastar, para quem e para quem. É evidente que o perfil de um orçamento público e a distribuição de carga tributária expressam com bastante clareza a real correlação de forças políticas num país.

No Brasil de hoje os problemas se tornam mais dramáticos por conta da crise econômica, que agudiza as disputas em torno dos recursos disponíveis, combinada com a falência

O PT SABE GOVERNAR?

Santos: mil dias de governo popular, de David Capistrano Filho, é uma análise política dos principais momentos vividos pelo governo de Telma de Souza, desde a vitória nas eleições de 1988.

Em algum lugar do passado, de Celso Marcondes, relata e problematiza os 26 meses em que a administração municipal de Campinas carregou a marca do PT.

Estratégia: uma saída para a crise, uma co-edição com o Instituto Cajamar reúne um conjunto de ensaios sobre a estratégia da esquerda para os anos 90.



SCRITTA
Rua Dona Germaine Burchard, 286
05002 São Paulo SP

À VENDA NAS LIVRARIAS E DIRETÓRIOS DO PT ★ OU DIRETAMENTE NA EDITORA: TELEFONE (011) 262-1155

DÍVIDA EXTERNA

FMI SUFOCA TESOURO

O Departamento do Tesouro Nacional divulgou no dia 3 novos dados sobre o cumprimento da carta de intenções enviada no final do ano passado pelo governo ao FMI, como contrapartida ao reescalonamento da dívida brasileira com a instituição. Os números são impressionantes.



Eles revelam, em primeiro lugar, que o acordo com o Fundo continua a sufocar dramaticamente os investimentos estatais, comprometendo tanto a ação do Estado nos setores produtivos e de infra-estrutura quanto os gastos sociais. Nos cinco primeiros meses do ano, e por exigência expressa do FMI, as despesas do Estado com obras, pagamento de pessoal e gastos correntes ficaram 6,6 trilhões de cruzeiros abaixo da arrecadação de impostos. Equivale a dizer que são inteiramente falsos os argumentos segundo os quais "não há recursos" para pagar os reajustes devidos aos aposentados, por exemplo.

Os dados comprovam, também, que prossegue a todo vapor a política de transferir enormes somas de recursos aos grandes grupos privados credores da dívida externa. Entre janeiro e maio, o pagamento de juros a estes grupos custou ao Estado 18,6 trilhões de cruzeiros. Enquanto sucateia os serviços públicos de Educação e Saúde, o governo continua adotando políticas voltadas a proteger a crise os capitalistas.

O balanço divulgado pelo Departamento do Tesouro desmistifica, por fim, os argumentos essenciais da própria propaganda do governo contra as empresas estatais. No período já citado, estas empresas alcançaram em seu conjunto lucro operacional de 3 trilhões de cruzeiros. Não se pode, portanto, nem acusá-las de "ineficientes" nem alegar que são elas a causa da redução drástica de investimentos nos "setores sociais".

(A.M.)



SANTA CATARINA

PERSEGUIÇÃO EM DESCANSO

A candidata do PT à prefeitura de Descanso, no extremo oeste de Santa Catarina, Maria Aparecida de Oliveira, foi demitida do Banco do Brasil em uma situação completamente irregular. Além de já ter obtido a licença para concorrer, ela é integrante da diretoria do Sindicato dos Bancários desde novembro de 1991. Tem, portanto, estabilidade. A carta de demissão, datada de 1º de julho, tem uma linha e meia e não apresenta justificativas para o afastamento. Cita apenas a expressão "despacho superior" para comunicar o fato a Maria Aparecida, funcionária há 19 anos do banco, sete deles em Descanso, como caixa.

"Trabalhei o dia primeiro normalmente e fui surpreendida em casa, às 20 horas, pela presença do gerente, que me trouxe a carta de demissão", conta Cida, como é chamada. Luiz Jorge Zanetti, o gerente, perseguia a funcionária há mais de um ano. Em dezembro, ela perdeu uma comissão que acrescia 30% em seu salário. "Zanetti tem claras vinculações com o PMDB", explica. Aliás, o PMDB foi o único partido que não se solidarizou com Cida. Ela recebeu o apoio de mais de 800 pessoas, através de um abaixo-assinado que pedia sua reintegração. Também vieram telefonemas de todo o estado e de fora. Um dos primeiros foi da deputada federal do PT, Luci Choinaski, natural de Descanso.

O Sindicato dos Bancários de São Miguel D'Oeste, que agrupa 18 municípios da região, tentava uma solução negociada. Até o fechamento desta edição, Cida continuava sem um posicionamento do banco sobre sua reintegração. Porém, Zanetti tinha sido afastado e outro gerente já estava em seu lugar. "Com tudo isso a campanha acabou ganhando ânimo", comenta Cida. Em Descanso o PT sai sozinho. Concorre com o PMDB, também em chapa pura, e com uma coligação que envolve o PFL, PRN, PDS e PDT.

CLÁUDIO SCHUSTER,
de Florianópolis

BANCÁRIOS MANIFESTAM. A CPI do escândalo Collor-PC aponta o presidente da Caixa Econômica Federal (Lafaiete Coutinho) e do Banco do Brasil (Álvaro Mendonça), como envolvidos na rede de tráfico de influências. Os bancários querem que tudo seja apurado e lançaram o Movimento pela Moralização e Transparência nos Bancos Públicos. Informações: (011) 37-7461 - ramal 36.



No banco dos réus, os condenados que "poderiam" ter participado do crime.

SEM TERRA

A farsa de Porto Alegre

Um julgamento kafkiano contra o Movimento Sem Terra ameaça levar à cadeia seis camponeses

Teve ampla repercussão em todo o país, nos últimos dias, o julgamento que condenou à prisão, em Porto Alegre, seis trabalhadores sem-terra. Para o noticiário das redes de TV e dos grandes jornais, a condenação, feita por júri popular, atesta a culpa dos réus na morte do soldado Valdeci Lopes, durante manifestação dos sem-terra em agosto de 1990. Trata-se, no entanto, de uma mentira. Os jurados não opinaram, em nenhum dos questionamentos que lhes foram feitos pelo juiz, que os réus tenham atingido ou ajudado a atingir o soldado - vítima de um golpe de arma branca. Para condenar os camponeses, a promotoria conseguiu introduzir no questionário uma pergunta evidentemente imprecisa e capciosa.

PERGUNTA NEBULOSA. No final da tarde de sábado, 27 de junho, os sete jurados do maior júri da história do Rio Grande do Sul rumaram à sala especial para responder aos sete quesitos que selaram a sorte dos camponeses colocados no banco dos réus. A primeira questão: o agricultor Otávio Amaral é o ator do golpe que matou o soldado? Cinco responderam que não, e dois que sim. A sétima pergunta era: "De algum modo, os seis acusados concorreram para a realização do crime?" Quatro acharam que sim, e três que não. Devido a esta escassa maioria, registrada numa pergunta de formulação notoriamente nebulosa, seis trabalhadores sem-terra foram condenados a pena de quatro a sete anos de prisão. A defesa recor-

reu e eles aguardam em liberdade.

Para chegar à sentença, às 5 da manhã do domingo, o júri inquiriu testemunhas, assistiu a vídeos e ouviu as exposições da acusação e da defesa desde as 15 horas do dia 24, quarta-feira. Além de inocentar o camponês Otávio Amaral na primeira questão proposta pelo juiz, o júri negou que os outros sem-terra levados a julgamento - José Gowaski, Idone Bento,

Augusto Moreira, Elenir Nunes e José Algemiro - tivessem segurado o soldado para que Amaral desferisse o golpe.

RECURSO IRREGULAR. Mas a acusação, ainda no processo, havia recorrido ao artigo 29 do Código Penal, que prevê pena para quem "de qualquer maneira concorre para o crime, na medida de sua culpabilidade". A defesa protestou: "Isto só pode ser utilizado quando a

participação é obscura ou complexa", diz Luís Goulart, um dos advogados da defesa, "o que não se enquadra no caso". O protesto não foi aceito e ficou aberto o caminho para a condenação.

"A decisão tem um aspecto kafkiano", diz Luís Goulart, "porque todos são absolvidos da acusação de um crime, mas condenados por participarem de alguma forma. São seis condenados por colaborar com *alguém*", cuja identidade é desconhecida.

JULGAMENTO NULO. Para a defesa, o julgamento é nulo. Os advogados recorreram da sentença, mas têm pouca esperança de vitória no Superior Tribunal de Justiça, que tem jurisprudência igual à decisão do júri. Já o Superior Tribunal Federal julgou de modo oposto, no passado, casos semelhantes.

Há também a hipótese de anulação do julgamento. "Os depoimentos das testemunhas de acusação são contraditórios, a prova é vil e as testemunhas estão mancomunadas com a Brigada Militar", dizem os advogados.

O Movimento de Justiça e Reforma Agrária protesta politicamente, com um panfleto onde revela que o julgamento foi, na verdade, "uma condenação do Movimento Sem Terra". Luís Goulart concorda: "Foi a vitória do preconceito contra os trabalhadores rurais. É uma vergonha para a Justiça gaúcha. Em todo o processo, ela agiu invariavelmente contra a defesa".

MARCO ANTONIO SCHUSTER,
de Porto Alegre

UM CRIME QUE NÃO FOI ESCLARECIDO

No dia 8 de agosto de 1990, 600 trabalhadores rurais fizeram manifestação na Praça da Matriz, Porto Alegre, em frente ao Palácio do Governo. Enquanto uma comissão de sem-terra e parlamentares negociava a retirada da Praça e prazos para atendimento das reivindicações, o conflito começou. A polícia militar gaúcha (Brigada Militar) largou cães, gás e cacetadas para dispersar a multidão. Os colonos correram em direção à Prefeitura. No mais famoso cruzamento da cidade (Av. Borges de Medeiros com Andrade Neves), conhecido como "esquina democrática", um soldado da Brigada Militar, Valdeci Lopes, tentou conter um grupo de colonos, ameaçando-os com revólver. Foi cercado e morto. O laudo conta que o corte mortal, no pescoço, tem 4cm por 3cm e foi feito por adaga, punhal ou faca - mas não por foice -, como alardeou a imprensa.

A Prefeitura foi cercada pela Brigada Militar e quase invadida por ela. O cerco terminou à meia-noite, depois de muitas reuniões para chegar ao acordo. Otávio Amaral, que estava no Pronto-Socorro desde antes do meio-dia, foi acusado de dar o golpe, e preso naquela noite. José Gowaski foi preso no dia seguinte, acusado de segurar o soldado. Ambos ficaram presos 17 meses. Idone Bento e Augusto Moreira foram presos dois meses depois, sob a mesma acusação de Gowaski.

(M.A.S.)

OS SALDOS DA BATALHA

T rês grandes conseqüências derivam do substitutivo do Projeto de Lei 8/91, conhecido por PL 8, que trata da desregulamentação dos portos brasileiros. Aprovado por acordo de lideranças na Câmara dos Deputados em 26 de junho último, e agora no Senado, o PL 8 conduz à acumulação de ganhos para o empresariado, favorece a competição entre terminal privativo e porto público, e tende a reduzir a demanda de mão-de-obra portuária. Como subproduto, quebra o monopólio do trabalho dos avulsos.

Ficou evidente, em todas as exposições de motivos ao PL 8 e seus substitutivos com raiz no Executivo, que o Estado brasileiro quer reduzir sua participação nos portos, elegendo o capital privado como seu repositor. Até agora, conseguiu. De fato, a maré foi amansada para que o investidor privado veja com bons horizontes o quadro portuário, monitorado por isenções de taxas e outras obrigações fiscais que onerem o porto público. Este precisará ter extrema produtividade para não perder cargas ao terminal privativo, que doravante poderá também operar com cargas de terceiros.

Levado a deduções extremas, aqui está uma abertura à iniciativa privada que levaria os terminais privativos a fecharem as costas brasileiras para seu único e exclusivo interesse. Por onde vão exportar, ou importar, os médios empresários? Até agora não ficou firmada a figura do porto público, como alternativa aos que não queiram cair no que pode vir a se constituir em monopólio privado.

DESEMPREGO. Esta questão deságua na da mão-de-obra. Os maiores portos públicos estão a serviço de empresas estatais que empregam milhares de trabalhadores com vínculo empregatício. É um contingente que passa a ser ameaçado de desemprego, embora o texto do substitutivo anteveja estímulos financeiros e desligamentos voluntários. Os que atuam hoje em tarefas operacionais poderão se tornar avulsos, inflacionando um quadro que também luta para não se tornar ocioso.

Para os avulsos (estivadores, concertadores, vigias, conferentes e bloco), trabalhadores que não têm vínculo empregatício, contratados pelos agentes dos navios, o PL 8 traz modificações profundas. Em primeiro lugar, sua demanda, em muitas tarefas, ficará optativa pelo armador (dono do navio),

TCU tira o corpo fora

Diante das irregularidades, o Tribunal de Contas passou a bola para o Congresso Nacional.

Entre tantas denúncias de fraudes e corrupção contra Collor e seus colaboradores, acabou passando despercebido um escândalo de proporções semelhantes ao do caso PC/Collor. São as revelações do relatório do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre as contas do governo em 1991.

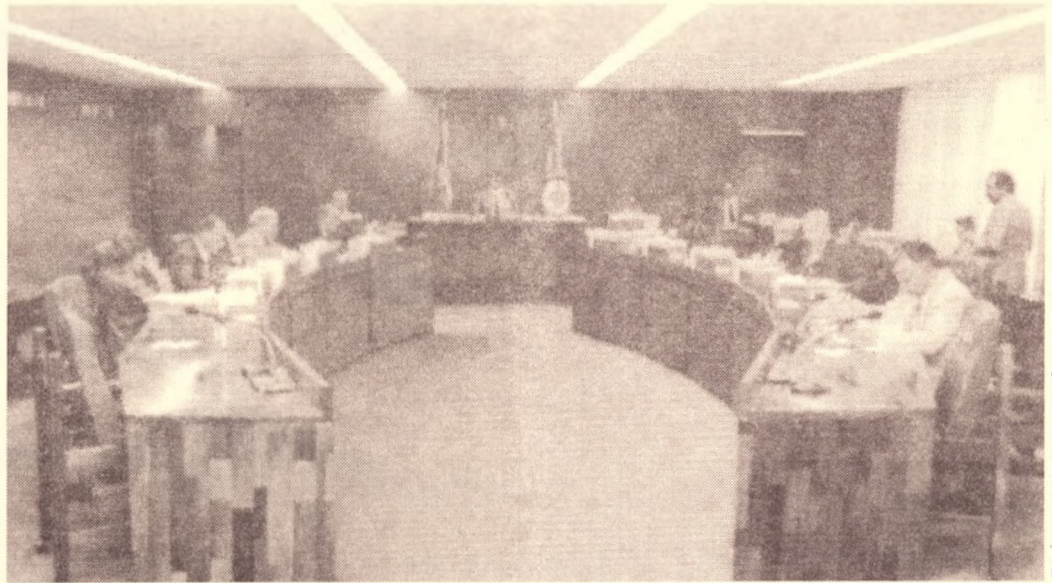
As conclusões do ministro relator, Paulo Afonso Martins de Oliveira, foram inéditas. O TCU julgou-se impedido de dar parecer conclusivo, dadas as inúmeras irregularidades levantadas nas contas do governo, e preferiu encaminhar o relatório ao Congresso Nacional, para análises e conclusões deste poder.

Especialmente em relação às contas com o pessoal da administração federal, civil e militar, incluindo encargos sociais, o TCU apontou que as despesas chegaram a Cr\$ 7,615 trilhões em 1991, o que representa 30,48% das receitas correntes, que totalizaram 24,989 trilhões.

Portanto, os gastos com pessoal em 1991 ficaram muito abaixo do limite de 65% das receitas correntes, como determina a Constituição, ocasionando o mais brutal arrocho e confisco salarial aos mais de um milhão de servidores públicos ativos e inativos.

PROPAGANDA MENTIROSA. É o caso de investigar onde está sendo aplicado esse dinheiro, bem como os bilhões arrecadados para o chamado Fundo de Previdência Social do Serviço Público, de que até hoje o Tesouro Nacional não prestou contas. Nem do dinheiro, nem sobre sua administração contábil e financeira.

O governo vem gastando milhões



JOSÉ PAULO LACERDA / AÉ

Os digníssimos senhores da foto preferiram não opinar

de dólares em propaganda, vendendo a mensagem de que o "dinheiro" arrecadado com a privatização de empresas estatais é para aplicar em saúde, educação, infra-estrutura, transporte etc.

Através de uma leitura apurada do relatório do TCU, chegamos à conclusão de que é mentirosa a propaganda do governo, pois, em termos reais, caiu assustadoramente o montante de recursos destinados às áreas prioritárias de atendimento à população pelo poder público, tanto no âmbito federal quanto no estadual e no municipal.

O mais provável é que a economia gerada pelo confisco salarial dos servidores públicos esteja contribuindo para o pagamento de juros da dívida externa e interna. Como vemos, a área econômica sabe o que faz.

"Emagrecer" o Estado, cortar verbas do orçamento para os setores essenciais, intensificar o processo de privatização, incentivar a entrada de empresas nacionais e multinacionais nos seto-

res de serviços, alterar (para pior) as leis de benefícios da Previdência Social, promover uma reforma fiscal ampla na tentativa de melhorar a arrecadação tributária e sufocar ainda mais a classe média e os trabalhadores, além de alterações na Constituição nesta direção, são os objetivos centrais do sr. Marcílio, orientado pelo FMI e pelos credores da dívida externa brasileira.

É preciso que as organizações do movimento popular e sindical, além dos partidos de oposição no Congresso Nacional e outras entidades da sociedade, que estão desenvolvendo neste momento a luta contra a impunidade e a corrupção que tomou conta do governo e do empresariado que lhe dá apoio, incorporem estas denúncias contidas no relatório do Tribunal de Contas da União do ano de 1991, dando ampla divulgação em todo o país.

ANTÔNIO CARLOS DE ANDRADE
Membro da executiva nacional da CUT

quando até aqui era obrigatória. Em segundo, o gerenciamento dessa, no momento realizado pelos respectivos sindicatos, será transferido para o Órgão de Gestão de Mão-de-Obra, um super-organismo dos empresários. Significa que os sindicatos perderão um poder histórico, financeiramente importante, na medida em que recebiam e realizavam pagamentos, ordenavam que fazia parte do quadro de sócios e suas escalas de trabalho.

Com essa perda, crescerão de importância os acordos coletivos de trabalho, a viga-mestra de todo o sindicalismo brasileiro. Esses acordos continuarão a pautar os principais direitos e deveres dos portuários e se forem bem negociados poderão ainda minimizar os efeitos privatizantes do PL 8.

Na mesma direção está o Conselho de Autoridade Portuária-CAP, novo organismo que praticamente traçará a política dos por-

tos, regionalizando-os. Sua constituição tripartite (Poder Público: União, estado e município; trabalhadores e empresários), defendida insistentemente pela Prefeitura de Santos, será também um fórum para adaptar a nova legislação a peculiaridades de cada porto. E, no mínimo, colocará na mesma mesa de discussões, pela primeira vez, todos os segmentos que de fato atuam nos portos. É, antes de tudo, um avanço na linha da

democracia e na busca da transparência de decisões que atingem segmentos vistos até então apenas como apêndices do processo de produção.

De qualquer forma, o processo de discussão da modernização dos portos mostra a importância da composição política do nosso parlamento, onde as forças populares ainda são minoria.

JOSÉ RODRIGUES

Por que eu assino Brasil Agora?



Brasil Agora é o grande instrumento que está permitindo unificar a nossa leitura em nível nacional, contribuindo para a nossa luta libertadora.

Vicentinho
Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema

PREENCHA EM LETRA DE FORMA. Envie cheque nominal e cruzado a **EDITORA BRASIL AGORA LTDA.** - Alameda Gleite, 1049 - Sta. Cecília - CEP 01215 - São Paulo/SP - Brasil Fones (011) 220.7198, 222.6318, 220.7718 e 223.2974

NOME _____
END. _____
Nº _____ APTO _____
MUNICÍPIO _____
FONE _____ UF _____ CEP _____
PROFISSÃO _____

- Assinatura 12 edições Cr\$ 39.000,00
- Assinatura para o exterior US\$ 30,00 (semestral)
- Assinatura 25 edições (anual) Cr\$ 83.000,00
- Assinatura de apoio (anual) Cr\$ 130.000,00



BRASIL AGORA

Assine você também

PIMENTA SEM REFRESCO

PC (O VERMELHO). O velho PC soviético está sendo julgado, sob acusação de "atuar ilegalmente" durante mais de seis décadas. Vá lá que o *partidão* não fosse exatamente a Branca de Neve e que a URSS vivesse sob uma ditadura de partido único. Mas não se pode chamar de "democráticos" os métodos de Ieltsin, o russo, que proibiu o PC por decreto, né? E Por falar em Ieltsin, que coisa feia a foto que saiu do homem nos jornais, agarrando uma banhista (até que bonitinha...). Será que ele é adepto da tese "estupra mas não mata?"; aluno do Maluf?

NOVA ERA. Coisa incrível essa *nova ordem internacional*... A Casa Branca conseguiu mobilizar da noite para o dia meio milhão de homens contra Saddam Hussein. Mas como tá difícil impedir a guerra civil na ex-Iugoslávia, hem? Sem falar na deposição dos gorilas haitianos, que Tio Sam considera oficialmente "disgusting".

RADICAIS. Deu em todos os jornais. "O presidente da Argélia foi assassinado pelos radicais islâmicos". Métodos à parte, a turma do presidente é que dá o golpe de Estado, e os muçulmanos é que são os radicais, pô!

LESTE. Quem diz é a ONU. A produção global na ex-URSS caiu de 25% a 30% entre 1989 e 1992. O consumo privado despencou 15%. O Produto Interno Bruto da Bulgária se reduziu em 11,5% em 1990, 25,7% no ano passado e deve tomar outro tanto este ano. É a prosperidade capitalista...

CRISE. Com a recessão, os jornalões estão demitindo correspondentes e redatores. No *Estadão*, William Waak, da Alemanha, cobre a metade do mundo (e também do espaço de internacional). Na *Folha*, Clóvis Rossi, da Espanha, cobre do Oriente Médio à Iugoslávia, da Alemanha à Bulgária. Apesar da competência dos dois, assim não dá...

JAYME BRENNER

RACISMO. Depois de Los Angeles, é a vez de Nova York. Violentos confrontos entre manifestantes e policiais sacudiram, dia 6, Washington Heights, bairro hispânico de Manhattan. A causa dos distúrbios - que incluíram saques e incêndio de lojas - foi o assassinato, três dias antes, do cidadão americano José Garcia, por um policial que, segundo testemunhas, o espancou até que ficasse inconsciente, e em seguida liquidou-o com um tiro no peito e outro na espinha.



MERCOSUL

Um acordo ameaçado

Inflação, taxas de importação e outras desigualdades põem areia no Mercado do Cone Sul.



A Constituição do Mercosul - o Mercado Comum do Cone Sul americano - está avançando, embora esbarre nas desigualdades regionais e também na ausência de estabilidade política, especialmente no Brasil.

As importações realizadas dentro do Mercosul (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai) saltaram de US\$ 4,2 bilhões em 1990 para US\$ 5,4 bilhões no ano passado. Mas as alíquotas (tributos) de importação de cada país ainda são muito diferentes: no Brasil, elas chegam a até 40%, enquanto a média argentina é de 13%. Isso leva diversos governos a criticarem o Brasil, "por não internacionalizar sua economia o suficiente".

Descontando-se a inflação, o cruzeiro apresentou uma desvalorização real de 22% nos últimos anos, contra uma valorização de 19% no peso argentino e 11% no peso uruguaio. Nos bastidores do Mercosul, se afirma que o Brasil está desvalorizando o cruzeiro por pressão dos exportadores, assustados com o tamanho da recessão interna. O superávit brasileiro no comércio com a Argentina foi de ponderáveis US\$ 300 milhões em 1991. Números como esse fazem com que o Chile - uma das economias mais internacionalizadas do mundo - resista a integrar-se ao Mercosul.

O maior problema para a unificação econômica, porém, são as diferenças estruturais entre os quatro integrantes do projeto. A produção diária de leite dos bovinos do Rio Grande do Sul, por exemplo, é de quatro litros, contra 18 litros do Uruguai, o que denota uma ampla distância tecnológica. A liberalização das importações de países vizinhos já levou à demissão de 30 mil dos 110 mil trabalhadores em alimentação no RS, segundo os sindicatos locais.

O salário médio nas montadoras de automóveis do ABC é de US\$ 527, contra US\$ 750 nas fábricas de Pacheco, na Argentina. Assim, a Autolatina argentina pretende importar este ano 12.500 carros de sua co-irmã no Brasil. Enquanto isso, aumentam os investimentos das grandes empresas no setor argentino de autopeças, que opera com tecnologia mais avançada. Os dois desequilíbrios devem levar ao aumento setorial do desemprego, na Argentina e no Brasil.

O INÍCIO. O acordo que deu o pontapé inicial no Mercosul foi assinado em 1985 e prevê a integração econômica total em 1º de janeiro de 1995. Brasil e Argentina devem estar integrados antes, em 31 de dezembro de 1994. A cooperação entre os quatro países já cresceu bastante desde a assinatura do acordo. Em 1991, o Brasil triplicou as exportações para a Argentina, que também ampliou em 99% suas importações do Uruguai.

Vários projetos comuns estão em desenvolvimento, como o de navegação da Bacia Paraná-Uruguai-Paraguai (que envolve ainda a Bolívia): para o Brasil, ele representará uma sensível reduo nos custos do transporte de soja no Sul. E no recente encontro de presidentes realizado em Las Leas, Brasil e Argentina assinaram até um acordo de integrao do sistema de telefonia móvel - que praticamente nem entrou em funcionamento em nosso país.

DIREITOS AMEAÇADOS. Os grupos técnicos do Mercosul estão ainda efetuando estudos para a normatizao de itens que vão desde a rotulagem de produtos até os controles integrados de fronteiras, passando pela política trabalhista. Na Argentina, o aviso prévio  de um mês para quem tem menos de cinco anos de empresa, passando depois para dois meses (na área de montagem de automóveis). No ABC brasileiro, há um mês de aviso prévio; quando o trabalhador passa de 45 anos de idade, tem direito a um dia a mais por ano de vida. A possibilidade de que a unificao das leis se d "por baixo" de conquistas já adquiridas, como

ocorre com a Comunidade Européia, vem levando as centrais sindicais dos quatro países a programarem aoes unitárias.

Em seu trajeto até 1995, o Mercosul tem  frente pelo menos mais dois "icebergs"; a falta de resultados semelhantes nas políticas econmicas, além da pouca estabilidade política. O presidente Carlos Menem conseguiu uma certa recuperao de sua popularidade ao dolarizar a economia Argentina e liberalizar violentamente importações e exportações. A inflação no país é de quase zero, o que atrai investimentos produtivos e facilita as negociações na área da dívida externa. Quanto ao Brasil, o país experimenta a estagflação - o explosivo coquetel entre inflação de 23% ao mês e paralisação econômica. Não há integração possível com tais disparidades.

Para completar as dores de cabeça dos responsáveis pelo Mercosul, há analistas que juram que a estabilidade argentina é momentânea, já que o governo não teria condições de sustentar a paridade peso/dólar por muito tempo. Quanto ao Brasil, o outro pilar da unificação do Cone Sul, a virtual decomposição do governo Collor lança dúvidas consistentes sobre a possibilidade de manter o cronograma original do Mercosul.

JAYME BRENNER

ISRAEL

Pacifistas, mas não muito

Trabalhistas vencem eleições, mas compõem governo que não convence.

O novo primeiro-ministro de Israel, Itzhak Rabin, tratou de moderar o otimismo pacifista que sucedeu a vitória do trabalhismo, nas eleições de 23 de junho. Rabin convocou para as negociações sobre o novo gabinete tanto a coalizão pacifista Meretz como o partido de extrema-direita Tsomet, que defende a pura e simples anexação de Gaza e da Cisjordânia, ocupadas por Israel desde 1967.

Os programas das forças políticas convocadas por Rabin são diametralmente opostos. O

Meretz defende o congelamento imediato de toda a colonização judaica nos territórios ocupados. Já o Tsomet achava a política do antigo primeiro-ministro ultra conservador Itzhak Shamir "moderada demais". E os partidos ultra-religiosos, que também devem compor o gabinete, querem nada menos que o fim do ensino laico, e a instituição de um Estado teocrático.

Rabin conquistou 44 cadeiras no Parlamento. Somadas às 12 do Meretz e com o apoio dos cinco deputados da esquerda não-sionista, as forças do traba-

lhismo já teriam a maioria necessária. Ao convocar um leque amplo, Rabin tenta não só obter uma vantagem folgada, mas também escapar da tutela pacifista. Na lógica do premier, a extrema-direita e os religiosos anulariam o Meretz, garantindo a aplicação do programa trabalhista.

PALESTINOS. Seja como for, a simples derrota dos ultrac conservadores já mereceu de Yasser Arafat um elogio aos trabalhistas. O líder palestino acredita que, com Rabin, será pos-

sível algum avanço nas conversações de paz, permitindo à Al Fatah de Arafat (favorável ao diálogo) impedir o avanço da facção fundamentalista Hamas, que não aceita qualquer conversação. Sintonizado com isso, Itzhak Rabin já sinalizou duas concessões iniciais: a autonomia palestina nos territórios ocupados em um prazo de nove meses e o fim da colonização judaica, pelo menos nas áreas mais povoadas da Cisjordânia e Gaza. Arafat gostou.

MARCIO KUHN

Ingratidão e injustiça

A literatura brasileira fez muito pelo país. Nem sempre o reconhecimento veio a tempo.

Uma literatura de nível alto como a brasileira não aparece por acaso. Temos uma história. E raízes profundas nos nossos clássicos. A poesia de Gregório de Matos, depois a de Tomás Antônio Gonzaga e Cláudio Manoel da Costa, que nos deram "As Cartas Chilenas", Gonçalves Dias, Castro Alves, Álvares de Azevedo... A prosa de Joaquim Manoel de Macedo, Manuel Antônio de Almeida, José de Alencar e, provavelmente o ponto mais alto de nossa literatura, Machado de Assis... Depois de Machado, nossa tradição continua, se desdobra em outras dimensões com Euclides da Cunha, Lima Barreto, Mário de Andrade - nunca em linha reta - e chega até os contemporâneos.

ADMIRÁVEIS E INCOMPREENDIDOS. Nossos clássicos não receberam reconhecimento em sua época. Um caso esplêndido como José de Alencar, nosso maior prosador do romantismo, não conheceu em vida o sucesso merecido. O grande Gregório de Matos, pai da nossa sátira e um dos fundadores de nossa literatura ao lado do nosso primeiro grande (até hoje grande) prosador - Antônio Vieira -, morreu esquecido após anos de degredo. Manuel Antônio de Almeida, autor de um livro pioneiro e fundamental no nosso romance, *Memórias de um Sargento de Milícias*, foi "surrado pela vida", como disse dele Mário de Andrade, e suas *Memórias* foram tratadas depreciativamente durante anos: esperaram quase uma dezena deles para chegar à segunda edição. O maior caso da literatura brasileira, Machado de Assis, autor de nível internacional e maior escritor da América do Sul em seu tempo, disfarçou o seu temperamento através de uma capa de austeridade e, enquanto vivo, se foi um vitorioso, o foi dentro desse

disfarce. O exemplo mais ardido de incompreensão entre os contemporâneos foi Lima Barreto, vida amarga que durou só 41 anos e desembocou em pobreza



Lima Barreto (acima): miséria e loucura. Machado de Assis (ao lado): disfarce para vencer

tamanha que teve de ser enterrado pela bondade e dinheiro de amigos. Já houve quem dissesse que seu gênio até hoje não foi compreendido, vítima da mesma incompreensão que o levou ao álcool, ao hospício e, na sequência, à morte precoce e dolorosa. Na poesia, Castro Alves, Álvares de Azevedo, Cruz e Souza, Augusto dos Anjos, Jorge de Lima exemplificam mortes precoces e obscuras, ausência de reconhecimento em vida e anos de obscuridade após a morte. Ainda Lima Barreto: teve seu nome no índice de proibição dos nossos grandes jornais durante 50 anos após o seu falecimento, devido à publicação de um romance que remexeu os bastidores de nossa imprensa, *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*.

E foi graças ao trabalho dos nossos clássicos - vivos e atuais até hoje - que o Brasil já pode, agora, sem favor nenhum, revelar ao mundo uma literatura não ainda completamente original, mas essencialmente brasileira e,

em momentos vários, de alto nível estético e compatível com as boas literaturas estrangeiras.

Povo MUDO. Um famoso ensaísta e poeta, Ronald de Carvalho, escreveu na sua *Pequena História da Literatura Brasileira*, de 1919, que "um povo sem literatura seria um povo



REPRODUÇÕES/CONOGRAFIA

naturalmente mudo, sem tradições e sem passado, fadado a desaparecer como reles planta rasteira nascida para ser pisada. De todas as artes, é a da palavra, sem contestação, aquele que exerce uma influência mais penetrante, um papel mais saliente na formação da nacionalidade".

Nossos escritores têm conseguido, sobretudo nas décadas que se sucederam à Semana de Arte Moderna, de 1922, afastar por completo a influência portuguesa e também a francesa, colocando em seus livros um ambiente e uma atmosfera, um estilo e uma marca que acentuam as características sociais, psicológicas, tipicamente brasileiras, e nos diferenciam de outros povos.

Esse estilo reflete uma ótica brasileira e se expressa num idioma singular, o português do Brasil: uma escrita dinâmica, elástica, criativa e, em principal, elegante e brejeira. Em poucos

idiomas se ousa usar uma expressão de tantos significados numa só palavra, como *gatãozinho*. Já temos hoje uma literatura que possui todas as dimensões que o grande pensador e escritor francês Voltaire queria que uma literatura contivesse para se tornar "a alma da raça".

Há gêneros em que poucas literaturas do mundo tiveram no mesmo momento histórico uma quantidade de grandes produtores vivendo simultaneamente. É o caso da poesia brasileira. Num só tempo, vivendo no mesmo território, teve seis ou sete grandes poetas de qualidade internacional como Carlos Drummond de Andrade, João Cabral de Melo Neto, Murilo Mendes, Cecília Meireles, Vinícius de Moraes, Paulo Mendes Campos, Manuel Bandeira... Ou na prosa de ficção, autores como Graciliano Ramos, João Guimarães

Rosa, Clarice Lispector...

No entanto, não conseguimos formar um público leitor nivelado, em quantidade e volume, a esse número considerável de escritores. E este fenômeno não é de hoje. Já acontecia com os nossos clássicos, e omitir isso é uma ingratitude.

Mas a literatura brasileira tem sido feita de ingratições e injustiças diante de obras fundamentais não apenas como literatura mas como cultura brasileira - Machado de Assis, Lima Barreto, Euclides da Cunha estão nesse caso. Não se pode sequer falar numa história do pensamento no Brasil sem visitar cuidadosamente a obra desses clássicos tão atuais. Eles são o nosso melhor perfil, sem eles seríamos um povo sem rosto. Naturalmente mudo, como escreveu Ronald de Carvalho.

JOÃO ANTONIO

CAIO, POR SCHWARCZ

Uma tarde na rua Barão de Itapetininga a emoção chegou pelo reembolso postal. Um cartão assinado por um comerciante de Campinas, de catorze anos, era a primeira resposta à iniciativa da Editora Brasileira de inserir cartões-resposta nos livros da coleção *Primeiros Passos*, com a vontade de conhecer seus leitores e falar com eles, através de um jornal que acabaria sendo batizado de *Primeiro Toque*.

A emoção de Caio Gracco era indescritível. Naquele cartão-resposta que, emoldurado, o acompanharia por várias mudanças, estava cor-porificado o destinatário e a fonte do sentimento que mais o caracterizava: a esperança. Cabia a ele, o editor Caio Gracco, alimentá-la de livros, de "bons toques".

Em seu olhar podíamos ver claro o seu contentamento; agora ele tinha o seu interlocutor diante dos olhos, aquele que ele sabia quem era mas não conhecia, o personagem de seus sonhos e o companheiro abstrato de seus atos agora ganhava identidade.

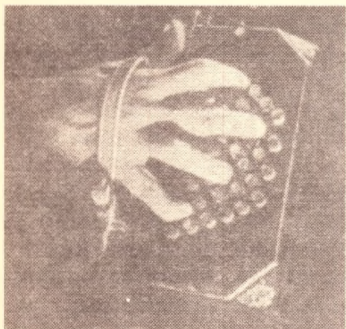
Caio Gracco tinha uma certeza. Tudo um dia iria mudar. Sabia muito bem qual era seu papel como editor, sabia que as mudanças seriam feitas pelos jovens e que para isto eles precisariam ler. Com o cartão-resposta tudo ficava mais fácil. Conhecendo a identidade de seus companheiros de sonho, sua certeza passava a ter forma, core e vida.

Caio Gracco morreu há poucos dias em um acidente de moto. Agora, seus familiares e amigos, os amigos dos livros, seus autores, estão perplexos: com quem falar do futuro se não com Caio? Onde encontrar a inquietude com que ele nos animava? Quem ainda saberá militar com a sua inocência?

Essas perguntas não têm resposta. Com a morte do Caio, parte do sonho acabou, e agora lembro com uma certa revolta que sempre nos foi dito que a esperança é a última que morre.

Mas o cartão-resposta está lá, em sua sala hoje ocupada bravamente por Suzana Prado, ao lado de novos cartazes, de novas capas de livros. O comerciante de Campinas deve ter hoje uns 26 anos, talvez já tenha se casado, terá filhos a quem comprará livros editados pela Brasileira e por todos os outros jovens editores que com Caio aprenderam o seu ofício.

LUIZ SCHWARCZ



Adiós Nonino

cerebral. Morreu sábado, 4 de julho, às onze e cinco da noite, de uma parada cardíaca. Tinha 71 anos.

Considerado um dos grandes músicos contemporâneos, morreu como viveu: polêmico, amado e atacado em seu país.

O antigo bandoneonista de Anibal Troilo revolucionou o tango no final da década de 60, incorporando elementos do jazz e da música erudita. As reações foram adversas entre os velhos *tangueros* que consideravam sua música uma espécie de sacrilégio. Mas composições como *Adiós Nonino* e *Balada para un Loco* despertaram os aplausos e a admiração da juventude. Era a época do maio francês, de *Cem anos de solidão* e de *O jogo da Amarelinha*. Era o furacão de uma nova geração que tentou

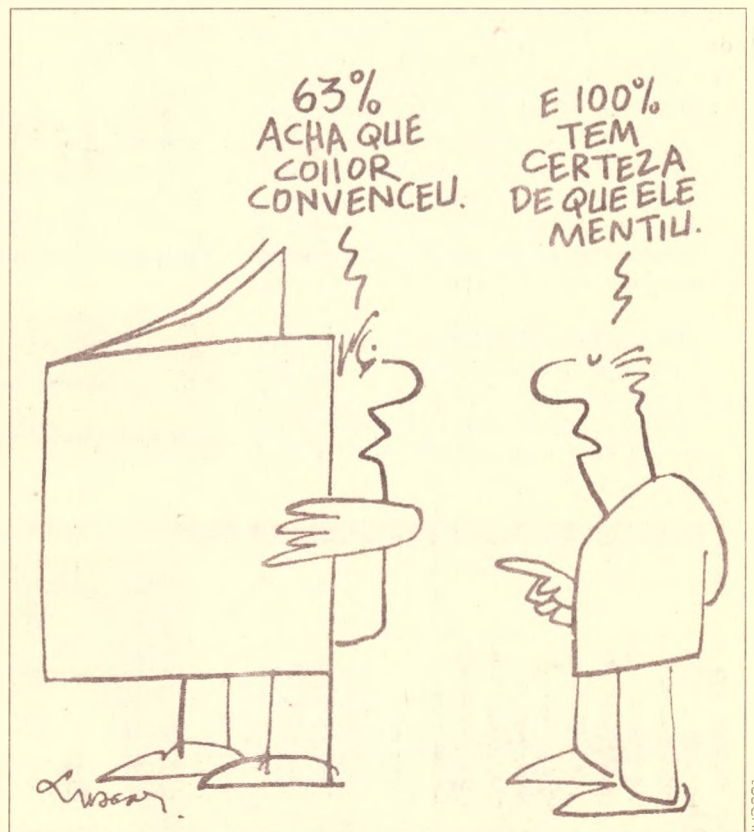
tomar o céu de assalto durante o breve interregno entre duas ditaduras. A geração que se reconhecia numa Buenos Aires de *locos* que viam rolar luas pela Avenida Callao e acreditavam na Revolução.

Anos depois, nos diversos exílios, descobrimos que a "música cidadã" de Piazzolla era conhecida e apreciada, que nos continuava emocionando. Ela tinha conquistado um novo público: o mundo. O bandoneón - esse instrumento alemão que chegou junto com os imigrantes ao Rio da Prata - se incorporava numa orquestra sinfônica, estabelecia um inesquecível diálogo com o sax de Gerry Mulligan ou nos envolvia na desgarradora paixão de "Libertango" em qualquer lugar do mundo.

HUGO SCOTTE

Em 5 de agosto de 1990, Astor Piazzolla era internado numa clínica de Paris em estado desesperador, vítima de um derrame cerebral.

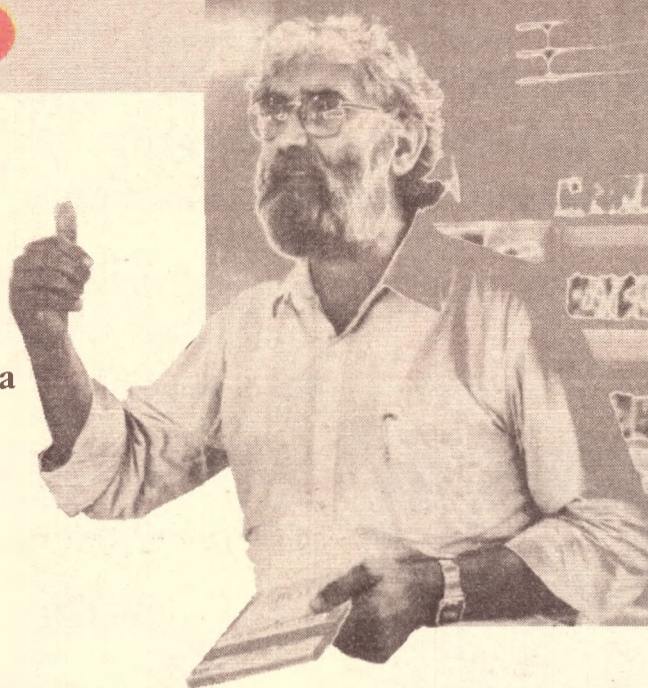
No dia 13 do mesmo mês sua esposa o embarcava num avião rumo a Buenos Aires, apesar dos médicos franceses considerarem que a viagem seria fatal. Veio depois um combate entre a vida e a morte que durou 23 meses e 18 pneumonias. Nos últimos tempos havia perdido setenta e cinco por cento do funcionamento



USCAR

Discutido e respeitado em todo o mundo, Leonardo Boff, um dos expoentes da Igreja que abraçou a causa dos pobres, criando a Teologia da Libertação, está deixando de ser padre. Desde 1971 ele sofria pressões que foram aumentando até tornarem-se insuportáveis, na sua avaliação. Sai, como diz, para poder continuar pregando a sua fé com coerência. É como deixar o emprego para poder continuar na profissão. No dia 30 de junho, quando lançava o livro América Latina: da conquista à nova evangelização, Leonardo Boff falou aos jornalistas. Dessa entrevista, Mouzar Benedito selecionou os trechos que se seguem.

A AUDÁCIA DO



HUGO SCOTTE

LEONARDO BOFF

RAZÕES DA DECISÃO. A razão fundamental dessa minha decisão se deve ao constrangimento a que fui submetido nos últimos meses. Há um ano houve uma intervenção branca, muito dura, na Editora Vozes, submetendo esta casa, que tinha um perfil de grande abertura. Uma intervenção que significava censura prévia a todos os escritos da Editora. E uma censura sobre as cinco revistas que ela publica. A mim, pessoalmente, a deposição de diretor da revista de cultura *Vozes* e uma censura pessoal sobre cada artigo e todos os meus livros. E há poucas semanas a solicitação para que eu me afastasse da Teologia por quatro ou cinco anos.

NOME AOS BOIS. Nada vem de Roma por iniciativa de Roma. Vem de Roma porque primeiro saiu do Brasil, foi a Roma. Há uma articulação de grupos conservadores no Brasil cujo eixo passa por Rio de Janeiro, Brasília e Salvador, onde há três cardeais absolutamente afinados com a estratégia do Vaticano, que são os cardeais D. Eugênio Sales (do Rio), Dom Falcão (de Brasília) e Dom Lucas Neves (da Bahia).

AGORA, SEM CENSURA. Eu não saio do ministério sacerdotal e franciscano para viver uma liberdade burguesa, sem responsabilidade, abandonar a fé e a esperança. Eu continuo cristão, tendo fé, tendo esperança, me considero teólogo e procurarei trabalhar como teólogo na mesma perspectiva que tive até agora, com uma diferença: sem precisar de censura prévia de ninguém.

CÚMPLICE DOS COLONIZADORES. Nós estamos celebrando 500 anos de presença cristã na América Latina. Essa presença cristã é profundamente ambígua. O cristianismo chegou dentro do bojo de um projeto colonial que submetia os povos, destruía culturas. De dia se dominavam os corpos pela espada, e de noite se dominavam as almas pela cruz e pela evangelização. O cristianismo foi cúmplice desse processo. Entretanto, desde os seus primórdios, houve vozes proféticas como Las Casas, Vieira, Hélder Câmara, Oscar Romero, Casaldáliga e outros, que se insurgiram contra a dominação, que fizeram um Evangelho da liberdade.

MEMÓRIA PERIGOSA. A nova evangelização que nós postulamos e que começou pelo menos nos anos 60, quando a Igreja despertou para a causa dos pobres, procura mostrar que o

cristianismo não é cativo do sistema dominante, do qual se fez refém, como legitimador dessa ordem, que o cristianismo pode ser uma força de libertação, de resistência, de protesto, que pode recuperar a memória perigosa de Jesus, que morreu na cruz por causa do conflito que ele criou com as autoridades do tempo e que por isso morreu de uma forma martirial e heróica.

O DISCURSO DA RAPOSA. Que discurso pode a raposa fazer para suas galinhas? Ou o leão às ovelhas? Pois assim era o discurso que o patrão fazia, o patrão escravocrata para o escravo ou o grande latifundista para seus pobres. Era o discurso do submetimento, da adesão que o fazia secundário, tirando-lhe a liberdade. O que nós queremos, a partir do próprio pobre, que descobre a sua dignidade de filhos de Deus, é que o cidadão participante ajude a construir uma sociedade mais sensata e equilibrada.

A TEOLOGIA DA ACOMODAÇÃO. Jesus morreu na cruz, não morreu como um velho na cama, submetido aos ditames religiosos, acomodado. Pela teologia comum, que circula na Igreja, Jesus jamais teria morrido na cruz. Teria morrido como um bom sacerdote velho, cercado de discípulos subservientes.

DEMOCRACIA CÓSMICA. Nós precisamos de uma reflexão que nos ajude a descobrir nossa responsabilidade e a ser pessoas que inauguram uma nova aliança com a natureza, de mais fraternidade, mais respeito, mais veneração, numa imensa, extraordinária democracia cósmica. Eu penso que o meu trabalho teológico nos últimos anos se caracterizou por incluir essa dimensão ecológica, e quero aprofundá-la agora,

nesta nova fase de nossa atividade.

AS ENERGIAS DO CAOS. Nós estamos numa crise social brasileira. A Igreja não é imune a isso, ela é uma parte da sociedade. Há atitudes que se confrontam face à crise. Uma diz: "Há desordem, precisamos de ordem, a ordem se cria pela disciplina e a disciplina significa obediência. Obediência a quem? Às autoridades, porque elas sabem o caminho, elas têm melhor clarividência", o que significa aqui obediência irrestrita ao Vaticano, que determina o que pensar, como se deve celebrar, como se deve organizar a pastoral. Uma outra vertente diz: "Há um conflito, há uma confusão, como sair dela? Saímos dela incentivando aqueles elementos positivos que estão dentro da desordem. A desordem é criadora. Como na moderna cosmologia, o caos é o último patamar de uma nova ordem. O caos está cheio de energias novas, que apresentam uma criatividade e um avanço da própria ceva do tempo".

INFANTILIZAÇÃO DOS LEIGOS. Os leigos não têm o lugar adequado que merecem ter na Igreja. Os leigos são 99% dos cristãos, e na verdade são clientes de uma grande instituição que oferece serviços religiosos com a perspectiva de salvação individual. O leigo é utilizado para trabalhos e projetos que não são decididos por eles e sim pelo corpo clerical. Nada sabe, nada fala, só tem que escutar e executar. Acho esse processo de infantilização inaceitável na Igreja.

FILHOS ESPALHADOS. A propósito de se vou casar ou não, eu digo: vou deixar essa questão em aberto. Não é um projeto meu e nem por isso eu saí. Estou com 53 anos de idade. Me perguntaram: o senhor vai ter filhos? Tenho filhos demais, já

produzi 56 filhos que estão circulando pelo mundo inteiro. Quero deixar essa questão em aberto, não quero fechá-la, mas ela não entra nos meus projetos imediatos.

CONFLITO DE IDENTIDADE. Dia 7 de setembro, o cardeal do Rio de Janeiro está lá, junto ao general, junto ao governador. Não é assim em Volta Redonda, onde está também o general, o coronel, mas o bispo não está. O bispo está no meio do seu povo. Em Santo André, Dom Cláudio Hummes, é convocado para ser mediador de um conflito entre patrões e operários e diz: "Eu não medei, porque eu sou parte, estou do lado dos operários". O que revela isso? Que estamos num conflito de identidade da missão histórica da Igreja. Há um grupo que quer prolongar a vocação tradicional histórica da Igreja, de ela se articular sempre com o poder dominante. Setores importantes da Igreja começaram a sentir na própria pele a iniquidade dessa ordem, que para a grande maioria é a ordem da desordem, é injusta. E começam a tomar a posição dos oprimidos e marginalizados, dizendo: a greve é legítima, a resistência dos sem-terra é legítima, devemos exigir a reforma agrária...

A PRÁTICA DOS RICOS. O cristianismo não é feito para secundar os poderosos. Jesus não disse "felizes de vocês ricos: têm tudo aqui e ainda mais no céu". Disse: "Ai de vocês, ricos, porque vocês já têm aqui a vossa consolação, e cuidem de ser solidários com os pobres, senão por mais cristãos e piedosos que sejam vocês vão para o inferno". Porque não são as prédicas que salvam, são as práticas.

CRISTÃOS E MARXISTAS? Havia 13 cardeais na União Soviética e Gorbachev queria falar comigo. Eu disse: "Eu não sou importante na Igreja". Disseram: "Nós queremos honrar a vocês porque são amigos dos pobres. Vocês são cristãos e à vossa maneira assimilaram o socialismo e o marxismo, mas são cristãos". Eu disse então: "Seria muito bom que o cardeal Ratzinger escutasse isso, porque Roma não nos considera cristãos. Vocês marxistas nos consideram cristãos e marxistas, porque assimilamos categorias marxistas".

AS SEITAS QUE ATRAEM CATÓLICOS. Eu acho que a efervescência de seitas e do cristianismo pentecostal é uma resposta positiva que revela a profundidade da alma religiosa brasileira. Quem tem uma leitura meramente corporativa vê como perda, que nós perdemos 600 mil fiéis num ano, e que alguém deve ser bode expiatório, então culpam a Teologia da Libertação. É equivocada essa análise. As perdas maiores foram no Rio de Janeiro, onde a Teologia da Libertação foi totalmente estrangulada pelas sucessivas repressões do cardeal Eugênio Sales, limpando as escolas, as paróquias, as universidades de todos aqueles que tinham compromisso com a libertação. E lá é onde mais crescem as seitas.

ACUSAÇÕES A COLLOR. Alguém que cresceu na sombra da ditadura, que vem de uma tradição familiar de corrupção, seguirá na sua normalidade como sempre viveu e sempre exerceu sua atividade política. A corrupção é já embutida na sua prática, no seu imaginário, nas suas relações. O seu discurso na TV não me convenceu absolutamente, porque não trouxe prova nenhuma; ele chamou sua secretária e disse: faça uma cartinha e diga que você não teve nada que ver... Cadê os documentos? Cadê os contracheques? Collor passou mais uma mentira a todos, com uma cara de pau tranqüila, porque sempre o foi a vida inteira.

Instituições e regimes autoritários são como morcegos: têm medo da luz.

Jamais esqueçamos que Cristo nos chamou à liberdade e não à servidão.



BRASIL AGORA

